

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
PPG - FIL

LUCAS MOURA VIEIRA

**O Conceito de Revolução Passiva nos Cadernos do cárcere de
Antonio Gramsci**

Orientador: Prof. Dr. Alex Sando Calheiros de Moura

Brasília
2019

Lucas Moura Vieira

**O Conceito de Revolução Passiva nos Cadernos do cárcere de
Antonio Gramsci**

Dissertação, apresentada à Universidade
de Brasília, como parte das exigências
para a obtenção do título de mestre.

Brasília, 15 de janeiro de 2020.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Alex Sandro Calheiros de Moura
PPG-Fil UnB

Prof. Dr. Giovanni Fresu
POSFIL UFU

Prof. Dr. Rocco Lacorte
PPG-Fil UnB

O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens
presentes
A vida presente

Carlos Drummond de Andrade

Resumo

A presente dissertação, intitulada “O Conceito de Revolução Passiva nos *Cadernos do cárcere* de Antonio Gramsci”, consiste na reconstrução conceitual das diversas nuances que a noção de revolução passiva possui ao longo dos *Cadernos do Cárcere*. Como vários outros conceitos gramscianos, a revolução passiva é tomada de empréstimo de outro autor (Vincenzo Cuoco em seu *Saggio storico sulla rivoluzione napoletana – 1801*) e depois reelaborada e enriquecida, ganhando outro sentido, “um pouco diverso do de Cuoco” como dirá Gramsci. Trata-se de um conceito central para a compreensão do ‘projeto’ dos *Cadernos* e do pensamento gramsciano. O conceito de revolução passiva é utilizado por Gramsci, ao mesmo tempo e ao lado de outros sentidos para criticar a filosofia e a historiografia de Benedetto Croce, para analisar a Era do *Risorgimento* e sua relação com a Revolução Francesa e para pensar conceitos como o “transformismo”, a “guerra de posição” e a “guerra de movimento” e o “americanismo e o fordismo”. Buscamos ao longo do texto indicar qual foi o momento em que cada um dos parágrafos que contêm uma citação direta ao conceito de revolução foi escrito, analisando cada um destes parágrafos. Os dois primeiros capítulos têm um enfoque temático, sendo que o primeiro capítulo trata da Crítica gramsciana à dialética de Croce e o segundo aborda a *Era do Risorgimento*. Enquanto o terceiro capítulo trata de como um conceito específico, o “Transformismo” se articula com o conceito de revolução passiva. Com isso buscamos reconstruir, de forma fiel ao texto gramsciano, os diversos sentidos e as diversas articulações conceituais contidas na noção de revolução passiva.

Palavras-chave; Antonio Gramsci, revolução passiva, *Cadernos do cárcere*

Abstract

This dissertation, entitled "The Concept of Passive Revolution in Antonio Gramsci's Prison Notebooks", consists in the conceptual reconstruction of the different nuances that the notion of passive revolution has throughout the Prison Notebooks. Like many other Gramscian concepts, the passive revolution is borrowed from another author (Vincenzo Cuoco in his *Saggio storico sulla rivoluzione napoletana - 1801*) and then reworked and enriched, gaining another meaning, "a little different from Cuoco's" as Gramsci will say. It is a central concept for understanding the 'design' of the Notebooks and Gramscian thought. The concept of passive revolution is used by Gramsci at the same time and alongside other senses to criticize Benedetto Croce's philosophy and historiography, to analyze the Age of Risorgimento and its relation to the French Revolution, and to think of concepts such as "Transformism", "War of Position" and "War of Movement" and "Americanism and Fordism". We sought throughout the text to indicate when each of the paragraphs containing a direct quotation to the concept of revolution was written, analyzing each of these paragraphs. The first two chapters have a thematic focus, with the first chapter dealing with Gramscian Criticism to Croce's dialectic and the second dealing with the Age of Risorgimento. While the third chapter deals with a specific concept, "Transformism" is articulated with the concept of passive revolution. With this we seek to reconstruct, in a faithful way to the Gramscian text, the different meanings and the different conceptual articulations contained in the notion of passive revolution.

Key words; Antonio Gramsci, passive revolution, Prison Notebooks

Lista de tabelas

Tabela 1 – Lista de parágrafos dos *Cadernos do Cárcere* onde o conceito de revolução passiva é citado.

Tabela 2 – Lista de parágrafos dos *Cadernos do Cárcere* onde os conceitos “guerra de movimento” e “guerra de posição” são citados.

Tabela 3 – Lista de parágrafos dos *Cadernos do Cárcere* onde o conceito de transformismo é citado.

Sumário

Introdução	10
1 – Benedetto Croce - Caderno 10	13
1.1 Revolução passiva como categoria historiográfica.....	14
1.2 Revolução passiva como programa político.....	25
2 – <i>Risorgimento</i> e Partido de Ação	35
2.1 <i>Risorgimento</i> e revolução passiva.....	35
2.2 Revolução Francesa.....	39
2.3 Jacobinismo.....	46
2.4 Partido Moderado e Partido de Ação.....	52
3 – Transformismo	60
3.1 Transformismo.....	62
Bibliografia	76
Anexos	81

Introdução

A presente dissertação percorre os momentos em que o conceito de Revolução passiva aparece nos Cadernos do Cárcere buscando demonstrar as diversas formas e sentidos que este conceito assume e como ele se relaciona/complementa outros conceitos cruciais dos Cadernos (hegemonia, guerra de movimento e guerra de posição, americanismo e fordismo, transformismo) O Capítulo 1 faz referência ao Caderno número 10 e trata da crítica que Gramsci faz à Croce, principalmente à sua historiografia. No Capítulo 2 percorremos os temas correlatos ao *Risorgimento* e usa como principais referências os cadernos de número 13 e 15. O Capítulo 3 aborda o conceito de transformismo.

O termo 'revolução passiva' aparece em 27 parágrafos dos Cadernos do Cárcere e foram escritos entre 1930 e 1935. Visitaremos cada um deles e comentando-o. Sobre seu conteúdo. Sobre como ele se relaciona com o Caderno em si (no caso de cada caderno temático), ou seja, com o tema que está sendo abordado naquele Caderno. Como ele se articula em relação aos outros conceitos a que estão sendo mencionados. E como ele se relacionado com os parágrafos (sobre a revolução passiva) anteriores e posteriores. Assim vamos tecendo uma rede intertextual, algo que se coloca como método de leitura de uma obra tão fragmentária.

Comentaremos parágrafo a parágrafo, buscando reconstruir seu nexo conceitual, tendo em vista sua temática e o momento no qual ele aparece. Mostrando como ele se articula com um pensamento que vai se 'desenvolvendo'. Como os desenvolvimentos preliminares engendram os desenvolvimentos posteriores. A tentativa de fazer uma leitura temática e uma leitura cronológica. Não perderemos estes dois aspectos de vista. Metodologicamente atentaremos a três tipos de

aborgagem: 1 – Abordagem cronológica. Consiste em ler cronologicamente os temas demonstrando sua ‘topografia’. Como o conceito assume vários sentidos ao longo do texto. 2 – Abordagem focada nos diversos sentidos que o conceito assume. Há aqui uma identificação com o tópico 1, mas apenas parcial, já que o conceito não ‘evolui’ de forma linear/cronológica. A conclusão do 2 trata-se de listar/evidenciar/demonstrar/explicar de forma não cronológica quais são as formas que o conceito assume. Esse é o núcleo duro da pesquisa. 3 – Como a revolução passiva em suas diversas formas se correlaciona com diversos conceitos. Pensar que cada forma (quantas são) se correlacionam com os mesmos conceitos e com conceitos distintos. Uma das motivações para realizar esta abordagem filológica-analítica de ida aos Cadernos vem do problema que aparece no seguinte trecho de um artigo recentemente publicado por Alvaro Bianchi:

“Embora demonstrassem conhecer bem o conteúdo da fórmula da revolução passiva, nenhum texto de Gramsci era citado por esses autores para sustentar seu uso. Prevalencia uma utilização quase acidental, muitas vezes frouxa da fórmula da revolução passiva. É evidente, entretanto, que um tratamento mais consistente dessa fórmula gramsciana tornaria mais robustos seus argumentos. [Luiz Werneck] Vianna parece intuir isso quando ressalva que a fórmula de “revolução sem revolução” não seria idêntica à de “revolução pelo alto”, uma vez que permitiria perceber os processos por meio dos quais “as classes dominantes ‘decapitam’ as classes pela cooptação de seus líderes reduzindo-as à impotência” (Vianna, 1978, p.141) Mas os mesmos cuidados não podem ser encontrados nesses textos de [Carlos Nelson] Coutinho.” (Bianchi – O Brasil dos gramscianos, p. 6)

Tanto Bianchi no parágrafo acima quanto Peter Thomas em alguns de seus artigos sobre revolução passiva pontuam que este conceito, muitas vezes, não é explicado de forma aprofundada, na maioria dos livros e artigos nos quais aparece. O que buscamos aqui é reconstruir com detalhes todos os parágrafos onde o conceito de revolução passiva aparece.

Capítulo 1 – Benedetto Croce (Caderno 10)

Preso pelo Regime Fascista em 8 de novembro de 1926, aos 35 anos de idade, Gramsci era naquele momento secretário-geral do Partido Comunista Italiano e deputado ao Parlamento italiano¹. Morre em abril de 1937 sem ter publicado nenhum livro em vida. Sua maior obra, *Cadernos do Cárcere*, foi escrita do início de 1929, quando Gramsci recebe a autorização para portar material de escrita em sua cela, até abril de 1935, momento em que o deterioramento do seu estado de saúde não permite mais a continuidade do trabalho de redação. Seus escritos preencheram, total ou parcialmente, trinta e três cadernos escolares. Editados postumamente, esses escritos receberam o nome de *Cadernos do Cárcere*.

Os cadernos são divididos em duas categorias: os “cadernos miscelâneos”, escritos em sua maioria nos primeiros anos do cárcere e os “cadernos especiais”, que são, em sua maioria, temáticos e retomam e reelaboram os temas trabalhados nos cadernos miscelâneos. Os textos abordam, entre outros, temas relacionados à política, cultura, filosofia e história. Entre os temas, destaca-se o tema da revolução passiva, objeto principal e fio condutor deste percurso conceitual.

É, portanto, o conceito de revolução passiva que buscaremos reconstruir nesse percurso de exegese dos textos dos Cadernos de Gramsci. Esta reconstrução seguirá, primordialmente, a ordem cronológica das menções que Gramsci faz à revolução passiva. Assim, o primeiro capítulo da dissertação abordará os dois Cadernos onde o conceito aparece pela primeira vez elaborado de forma sistemática. Estes cadernos são o Caderno 8 (de tipo miscelâneo) e o Caderno 10, este último uma reelaboração

1 Cf. Introdução de Carlos Nelson Coutinho no Volume 1 dos *Cadernos do Cárcere*.

de textos escritos principalmente nos Cadernos 8. O Caderno 10, escrito entre os anos de 1932 e 1935, e intitulado “A filosofia de Benedetto Croce”, é dividido em duas partes, sendo a segunda parte consideravelmente mais longa que a primeira: Parte I – “Pontos de referência para um ensaio sobre B. Croce” e Parte II – “A filosofia de Benedetto Croce”. O Caderno 10 foi iniciado em um momento de 'reestruturação' do pensamento gramsciano, que teve início em 1932, quando nosso autor retoma a redação dos Cadernos após tê-la interrompido por conta de problemas de saúde. É neste momento que Gramsci inicia a redação dos principais cadernos temáticos.

Gramsci escreveu os Cadernos de 1929 a 1935 em três momentos: 1) início de 1929 até agosto de 1931 (quando escreve miscelâneos e faz traduções), interrompido por grave crise de saúde; 2) retomada no final de 1931 até o final de 1933 (período mais fecundo, onde escreve a maior parte dos cadernos especiais); 3) final de 1933 até abril de 1935, marcado por nova degradação nas condições de saúde, pela transferência para a clínica de Fórmia e pela diminuição na produção teórica. Muda de clínica e vive por mais dois anos, até abril de 1937, mas não escreve neste período.

Para o estudo sobre as formas que a revolução passiva assume ao longo dos Cadernos, interessa destacar, no Caderno 10, dois momentos de articulação do conceito de revolução passiva com as críticas que Gramsci faz ao pensamento de Croce, principalmente à sua historiografia. São eles: 1) a crítica à historiografia de Croce, onde o conceito de revolução passiva aparece como categoria historiográfica; e 2) a crítica à deturpação que Croce faz da dialética hegeliana, onde a revolução passiva acaba assumindo a forma de um programa político 'positivo'. Os dois 'momentos' estão fortemente correlacionados entre si e recorreremos ao recorte 'categoria historiográfica' e 'programa político' para melhor analisar e descrever estes significados que o conceito de revolução passiva assume². No presente texto, abordaremos apenas o primeiro tópico.

2 No artigo Revolução passiva: o pretérito do futuro, Alvaro Bianchi enuncia três significados da revolução passiva. Um ligado ao passado e representado pela ideia de categoria historiográfica, outro ligado ao futuro (revolução passiva como programa político) e o terceiro ligado ao presente (tendo como

1.1 Revolução passiva como categoria historiográfica

Conforme anunciamos na Introdução, o primeiro momento a ser abordado trata da crítica feita por Gramsci à historiografia croceana e à deturpação que Croce faz da dialética hegeliana. Para abordar o assunto, recorreremos, prioritariamente, aos parágrafos nos quais Gramsci faz uma referência direta à revolução passiva³. Antes de ir ao texto, porém, é relevante destacar que ‘nosso conceito’ aparece citado diretamente em seis parágrafos do já mencionado Caderno 8 e que apenas dois desses parágrafos (Q8, §36 e Q8, §51) constam na tradução de Carlos Nelson Coutinho para a edição dos Cadernos publicada pela Editora Civilização Brasileira. Os dois parágrafos traduzidos são de tipo “B” (redação única) e os quatro não traduzidos são de tipo “A” (reelaborados em outros parágrafos)⁴.

A maior parte do conteúdo dos textos “A” mencionados (Q8, §25; Q8, §39; Q8, §236; Q8, §240) é copiada literalmente nos cadernos “C” correspondentes (Q10, I, §9; Q10, I, §13; Q10, II, §41 – XIV), porém dois trechos chamam a atenção por trazerem formulações sobre a revolução passiva que não serão retomadas literalmente.

Um dos trechos é o seguinte: “Può avere questa trattazione un riferimento attuale? Un nuovo «liberalismo», nelle condizioni moderne, non sarebbe poi precisamente il «fascismo»? Non sarebbe il fascismo precisamente la forma di «rivoluzione passiva» propria del secolo XX come il liberalismo lo è stato del secolo XIX? All’argomento ho accennato in altra nota, e tutto l’argomento è da approfondire” (Q8, §236, p. 1088). O outro trecho é: “Si vede nella *Storia d’Europa* nel fatto che il periodo scelto è monco, è il periodo delle rivoluzioni passive, per dirla col Cuoco, il

paradigma o Fascismo, ponto que abordaremos no Capítulo IV). (Alvaro Bianchi, ‘Revolução passiva: o pretérito do futuro’, *Crítica Marxista* 23, 2006.)

³ Incluídos os parágrafos nos quais o nosso conceito foi inserido em data posterior à sua redação (C1 §44 e C1 §150) e os parágrafos que tratam diretamente do conceito de ‘revolução-restauração’.

⁴ Os parágrafos são de tipo “A”, “B” e “C”. Textos “B” são aqueles que tiveram redação única. Textos “A” são aqueles que foram retomados posteriormente (sendo copiados literalmente ou modificados) em textos de tipo “C”.

periodo della ricerca delle forme [superiori], della lotta per le forme, perché il contenuto si è già affermato con le rivoluzioni inglesi, con quelle francesi, con le guerre napoleoniche.” (Q8, §240, p. 1091). Esses trechos serão retomados no final do Capítulo 1 da dissertação e cotejados com os parágrafos do Caderno 10, a partir de agora abordados mais detalhadamente.

O Sumário da Parte I do Caderno 10 (escrito entre abril e maio de 1932) é composto por uma lista de 12 itens, dos quais dois deles possuem menções à revolução passiva (Item 6º e Item 9º). Neles, são encontradas uma das formulações da crítica que Gramsci faz à historiografia de Croce:

“Pontos de referência para um ensaio sobre B. Croce. Sumário – Item 9º, A história da Europa vista como revolução passiva. É possível fazer uma história da Europa no século XIX sem tratar organicamente da Revolução Francesa e das guerras napoleônicas? E é possível fazer-se uma história da Itália na época moderna sem as lutas do Risorgimento?” (Q10, I, ; CC, v.1, p. 281)

Para Gramsci, conforme veremos de forma mais detalhada no Caderno 10 (§ 9), o livro *A Storia dell'Europa nel secolo XIX* consiste no paradigma da historiografia croceana. O livro mencionado trata da história da Europa após a Revolução Francesa, sem abordar este momento específico e de forma a ignorar suas consequências práticas. Ou seja, Croce ignora o ‘momento da luta’. A crítica de Gramsci consiste precisamente em destacar a insuficiência desta abordagem. Após questionar se é possível fazer uma história da Europa do XIX nos moldes utilizados por Croce, Gramsci responde:

“Em um e em outro caso, por razões extrínsecas e tendenciosas, Croce prescinde do momento de luta, no qual a estrutura é elaborada e modificada e assume placidamente como história o momento da expansão cultural ou o momento ético-político⁵. Tem

5 Neste trecho (como nos outros em que a marcação aparece) o negrito é nosso.

um significado 'atual' a **concepção** de 'revolução passiva'? Estamos num período de 'restauração revolução' a instituir permanentemente, a organizar ideologicamente, a exaltar liricamente? A Itália teve com a URSS a mesma relação que a Alemanha (e a Europa) de Kant-Hegel tiveram com a França de Robespierre-Napoleão?" (Q10, I, Sumário; CC, v.1, p. 281)

Ao negar o 'momento da luta', Croce faz uma História da Europa vista como revolução passiva, ou seja, como um processo de modificações feitas 'pelo alto', sem que haja participação 'ativa' das massas populares. Este é ponto principal do argumento. As 'histórias' de Croce são tendenciosas por irem direto ao momento ético-político, ignorando o 'momento da luta', precisamente aquele onde 'a estrutura é elaborada e modificada'. Ainda, a segunda parte do parágrafo traz três perguntas. A 'concepção' de revolução passiva teria um significado atual (na Itália de Gramsci)? A Itália passaria por uma 'revolução restauração'⁶? E, por fim, uma pergunta crucial para compreender o lugar central que o conceito de revolução passiva tem nos Cadernos: A Itália teve com a URSS a mesma relação que a Alemanha teve com a Revolução Francesa?

Esta é uma fórmula que irá se repetir diversas vezes nos Cadernos. Gramsci parte da reflexão marxiana sobre a crítica alemã estar à altura dos acontecimentos políticos franceses (apesar de sua estrutura econômica estar aquém desta) para pensar a relação entre a ação na URSS e a teoria na Itália. Relação entre estrutura e infraestrutura, pensada na chave marxiana da Alemanha estar, em relação à crítica à altura de seu tempo, apesar de não estar no mesmo patamar econômico das grandes nações. Apesar de ser um ponto que não trata diretamente da crítica à historiografia croceana, nele vemos Gramsci abordando o aspecto "atual" do conceito de revolução passiva. Voltaremos a este ponto novamente. Por agora nos interessa continuar a demonstrar com se desenvolve a crítica à historiografia croceana.

6

por nós no tópico 1.3.

Conceito elaborado por Edgar Quinet e que será abordado

O próximo passo da crítica que estamos reconstruindo está contido no §9 do Caderno 10 (escrito entre abril e maio de 1932) e intitulado *Paradigmas de história ético-política*. Para o nosso autor, *A Storia del'Europa nel secolo XIX* seria o paradigma da historiografia crociana por tratar-se de um ensaio de história ético-política. Junto com outro texto (*Storia d'Italia*), este seria o mais tendencioso dos textos históricos de Croce. Gramsci retoma o “ataque” a Croce repetindo, de forma quase literal, as perguntas contidas no tópico 9: “É possível escrever (conceber)⁷ uma história da Europa no século XIX sem tratar organicamente da Revolução Francesa e das guerras napoleônicas? E é possível fazer uma história da Itália na época moderna sem as lutas do *Risorgimento*?” (Q10, I, §9; CC, v1, p. 298). A história ético-política (momento da expansão cultural) diz respeito a uma “hipóstase arbitrária e mecânica do momento da hegemonia, da direção política, do consentimento, na vida e no desenvolvimento da atividade do Estado e da sociedade civil”⁸.

As perguntas contidas no §9 são as mesmas do tópico ‘9º’, mas, agora, a questão é apresentada de forma mais elaborada. Gramsci questiona se é por acaso ou por uma razão tendenciosa que Croce ignora o “momento da luta”, indo diretamente ao momento da “expansão cultural”. Gramsci nos dá a seguinte definição do momento da luta: “momento no qual se elaboram, se unificam e se alinham as forças em contraste, do momento no qual um sistema ético-político se dissolve e um outro se elabora a ferro e fogo, no qual um sistema de relações sociais se desagrega e decai e um outro sistema surge e se afirma”. (Q10, I, §9; CC, v1, p. 298).

Nosso autor sugere que é por uma razão tendenciosa que Croce inicia as suas narrações a partir de 1815 e de 1871, ou seja, prescindindo do momento da luta conforme definido acima e assumindo placidamente como história o momento da expansão cultural ou ético-política. Assim, Croce estaria propositalmente tomando como paradigma de “história ético-política” os momentos de expansão cultural.

7 Na forma utilizada no tópico 9º consta o termo “fazer”.

8 Em http://www.gramsci.org.ar/TOMO1/81_concepto_hist_etico-polit.htm (acessado dia 16/4/19 - tradução nossa)

Também faz parte deste “paradigma” ignorar os momentos de dissolução e reformulação de sistemas ético-políticos – em suma: é uma historiografia que ignora o conflito.

“Pode-se dizer que o livro sobre a história da Europa não é mais do que um fragmento da história, o aspecto “passivo” da grande revolução que se iniciou na França em 1789, espalhou-se pelo resto da Europa com os exércitos republicanos e napoleônicos, sacudindo poderosamente os velhos regimes e determinando não sua derrocada imediata, como na França, mas a corrosão “reformista” que durou até 1870.” (Q10, I, §9; CC, v1, p. 298).

Dito isso, uma história da Europa que não leve em conta os efeitos da Revolução, só pode mesmo ser um recorte parcial e arbitrário, já que estes efeitos existiram concretamente. Croce, ao focar apenas no elemento “passivo” engendrado pela Revolução Francesa, reconstrói apenas um fragmento de história. Gramsci sugere que Croce estaria buscando criar um movimento ideológico correspondente ao da época abordada. O objetivo seria criar um movimento ideológico equivalente a uma restauração-revolução:

“na qual as exigências que encontraram na França uma expressão jacobino-napoleônica foram satisfeitas **em pequenas doses, legalmente, de modo reformista**, conseguindo-se assim salvar a posição política e econômica das velhas classes feudais, evitar a reforma agrária e, notadamente, evitar que as massas populares atravessassem um período de experiências políticas similares às da França nos anos de jacobinismo”. (Q10, I, §9; CC, v1, p. 298-299)

Ainda, Gramsci “acusa” Croce de, mesmo sem querer, ter ajudado a fortalecer o fascismo “fornecendo-lhe indiretamente uma justificação mental”, e afirma que o equivalente contemporâneo do liberalismo moderado e conservador da época do Risorgimento seria o fascismo. Também sugere a hipótese de que o fascismo é uma forma de revolução passiva, tema que abordaremos no tópico 1.4 do Capítulo 1 da

dissertação. Para Gramsci “ter-se-ia uma revolução passiva no fato de que, por intermédio da intervenção legislativa do Estado e através da organização corporativa, teriam sido introduzidas na estrutura econômica do país modificações mais ou menos profundas” (Q10, I, §9; CC, v1, p. 299). Temos, então, o aparato estatal agindo no sentido de introduzir modificações na estrutura econômica do país sem que estas modificações alterem de forma significativa a correlação de forças dada no momento. Vemos que:

“No quadro concreto das relações sociais italianas, esta pode ter sido a única solução para **desenvolver as forças produtivas da indústria** sob a **direção das classes dirigentes tradicionais**, em concorrência com as mais avançadas formações industriais de países que monopolizam as matérias-primas e acumularam gigantescos capitais. Que um tal esquema possa traduzir-se em prática, e em que medida e em que formas, isto tem um valor relativo: o que importa, política e ideologicamente, é que ele pode ter, e tem realmente, a virtude de servir pra criar um período de expectativa e de esperanças, notadamente em certos grupos sociais italianos, como a grande massa dos pequeno-burgueses urbanos e rurais, e, conseqüentemente, para manter o sistema hegemônico e as forças de coerção militar e civil à disposição das classes dirigentes tradicionais.” (Q10, I, §9; CC, v1, p. 299-300)

Ideologia que serviria como “elemento de uma ‘guerra de posição’ no campo econômico internacional”, “assim como a revolução passiva é esse elemento no campo político”. Fascismo como elemento de guerra de posição dentro do campo econômico internacional. Gramsci Associa o Fascismo na época atual ao que foi a longa guerra de posição na Europa no período posterior à Revolução Francesa. Também aparece aqui pela primeira vez a associação entre revolução passiva e guerra de movimento e a comparação entre revolução passiva (campo político) e guerra de posições no campo econômico (movimentado pela ideologia fascista, entendida na forma de revolução passiva). Resumindo, o parágrafo que se inicia com uma crítica ao historicismo de Croce, faz uma ponte entre a revolução passiva como

programa (crociano) e o fascismo. Para, no fim, introduzir a ideia de guerra de posição: “Esta ideologia serviria como elemento de uma ‘guerra de posição’ no campo econômico (a livre concorrência e a livre troca corresponderiam à guerra de movimento) internacional, assim como a ‘revolução passiva’ é este elemento no campo político.” (Q10, I, §9; CC, v1, p. 300).

Agora passaremos para a análise do §41 da Parte II do Caderno 10 (escrito entre agosto e dezembro de 1932) e intitulado *Pontos de referência para um ensaio sobre Croce*. O parágrafo é composto por 16 notas sendo que, em uma delas (XIV), aparece o conceito de revolução passiva e, em outra (XVI), é mencionado o conceito de revolução-restauração. Na nota “XIV *As origens “nacionais” do historicismo crociano.*”⁹ A revolução-restauração de Quinet e sua equivalência na história italiana. Gramsci afirma que:

“deve se examinar se a **fórmula** de Quinet [revolução-restauração] pode se aproximar da de ‘revolução passiva’ de Cuoco¹⁰; elas exprimem, talvez, o fato histórico da ausência de uma iniciativa popular unitária no desenvolvimento da história italiana, bem como o fato de que o desenvolvimento se verificou como reação das classes dominantes ao subservismo esporádico, elementar, não orgânico, das massas populares através de ‘restaurações’ que acolheram uma certa parte das exigências que vinham de baixo; trata-se, portanto, de ‘restaurações progressistas’ ou ‘revoluções-restaurações’, ou, ainda, ‘revoluções passivas’” (Q10, II, §41; CC, v1, p. 392-395)

Ainda neste tópico, Gramsci define o historicismo de Croce como “moderantismo político”. Uma concepção reformista. Tal historicismo não é uma teoria científica, ao contrário: é mera ideologia, no sentido pejorativo. Vamos aos principais argumentos contidos no trecho: “O **historicismo de Croce** seria, portanto, nada mais

9 Neste tópico, que é um texto de tipo “C”, estão contidos os parágrafos de tipo “A” (Q8, §25 e Q8, §39).

10 Sobre o conceito de revolução passiva em Cuoco e de revolução restauração em Quinet ver Antonio di Meo, ‘La «rivoluzione passiva» da Cuoco a Gramsci. Appunti per un’interpretazione’, *Filosofia italiana*, 2014.

do que uma forma de **moderantismo político**, que coloca como único método de ação política aquele no qual o progresso e o desenvolvimento histórico resultam da dialética de conservação e inovação. Na linguagem moderna, essa concepção se chama **reformismo**.” (Q10, II, §41; CC, v1, p. 393). Aqui está explicitada a posição reformista de Croce. Segue um dos trechos em que a crítica ao ‘historicismo’ de Croce aparece de forma mais desenvolvida e consequente:

“De fato, por que a “conservação” deve ser precisamente aquela determinada “conservação”, aquele determinado elemento do passado? E por que se será “irracionalista” e “anti-historicista” se não se conservar precisamente aquele determinado elemento? Na realidade, se é verdade que o progresso é dialética de conservação e inovação, e a inovação conserva o passado ao superá-lo, é igualmente verdade que o passado é uma coisa complexa, um conjunto vivo e morto, no qual a escolha não pode ser feita arbitrariamente, *a priori*, por um indivíduo ou por uma corrente política. Se a escolha foi realizada de tal modo (no papel), não pode se tratar de historicismo, mas de um ato arbitrário da vontade, da manifestação de uma tendência político-prática unilateral, que não pode servir de fundamento a uma ciência, mas somente a uma ideologia política imediata.” (Q10, II, §41; CC, v1, p. 393-394)

Gramsci aponta que, neste caso, o que Croce faz não tem valor científico e serve somente como ideologia política imediata. A questão fica clara no seguinte trecho: “O que será conservado do passado no processo dialético não pode ser determinado *a priori*, mas resultará do próprio processo, terá um caráter de necessidade histórica e não de escolha arbitrária por parte dos chamados cientistas e filósofos” (Q10, II, §41; CC, v1, p. 393-394)

Nosso autor direciona a Croce e Gioberti a crítica que Marx fez a Proudhon. A questão do historicismo é central em Croce. E a crítica de Gramsci se dá neste nível de profundidade:

“Estabelecer com exatidão a significação histórica e política do historicismo crociano significa, precisamente, reduzi-lo a sua função real de ideologia política imediata, despojando-o da grandeza brilhante que lhe é atribuída, como se se tratasse da manifestação de uma ciência objetiva, de um pensamento sereno e imparcial, que se põe acima de todas as misérias e contingências da luta cotidiana, de uma desinteressada contemplação do eterno devir da história humana.” (Q10, II, §41; CC, v1, p. 395)

No mesmo parágrafo, temos um ponto valiosíssimo quando se tratar de pensar a inovação. Lembremos que já foi dito que não é possível saber *a priori* o que se conservará:

“(…) deve-se observar que a força inovadora, enquanto ela própria não é uma fato arbitrário, não pode deixar de já estar imanente no passado, não pode deixar de ser, ela mesma, em certo sentido, o passado, um elemento do passado, o que do passado está vivo e em desenvolvimento; ela mesma é conservação-inovação, contém em si todo o passado digno de desenvolver-se e perpetuar-se” (Q 10, II, §41; CC, v1, p. 394).

Passando para o Q10 §41-XVI (escrito entre agosto e dezembro de 1932) e que consiste em um texto de tipo “B”, vemos que Gramsci segue aprofundando e ampliando o alcance da crítica a Croce. Logo no início da ‘nota’ temos que: “Deve-se ver se, ao seu modo, o historicismo crociano não seria uma forma, habilmente mascarada, de história com uma meta predeterminada, como é o caso de todas as concepções liberais reformistas.” (Q 10, II, §41; CC, v1, p. 395). Neste ponto, não resta dúvida que Gramsci entende como sendo proposital a decisão de Croce de ignorar o ‘momento da luta’ em sua história da Europa no século XIX, passando a descrevê-la após e apesar da Revolução Francesa.

Gramsci vai além e afirma, em outras palavras, que todas as concepções liberais reformistas são uma forma de história mascarada como uma meta

predeterminada. Retoma o ponto central do ataque feito no tópico anterior que, mesmo que um pouco repetitivo, merece ser citado na íntegra:

“Se é possível afirmar, genericamente, que a síntese conserva o que é ainda vital da tese, superada pela antítese não é possível afirmar, sem arbítrio, o que será conservado, o que *a priori* se considera como vital, sem com isso cair no ideologismo, na **concepção de uma história com uma meta predeterminada**. O que, segundo Croce, deve ser conservado na tese, já que é vital? Não sendo, salva raramente, um político prático, Croce evita cuidadosamente qualquer enumeração de instituições práticas e de concepções programáticas a serem consideradas como ‘intocáveis’; todavia, elas podem ser deduzidas do conjunto de sua obra. **Mas, ainda que nem isto fosse factível, restaria sempre a afirmação de que é ‘vital’ e intocável a forma liberal do Estado, isto é, a forma que garante a qualquer força política o direito de movimentar-se e lutar livremente**. Mas como é possível confundir este fato empírico com o conceito de liberdade, isto é, de história? Como exigir que as forças em luta ‘moderem’ esta luta dentro de certos limites (os limites da conservação do Estado liberal, sem com isso cair no arbitrário ou na meta preconcebida? (Q 10, II, §41; CC, v1, p. 395-396)

Gramsci retomará com frequência o tema da “moderação da luta” no Caderno 15, especialmente nos parágrafos em que debate o conceito de revolução passiva. Abordaremos o Caderno 15 no Capítulo 2 da dissertação. Agora, nos interessa destacar do trecho citado acima que, ao predeterminar qual elemento da tese será preservado na síntese, Croce faz uma história arbitrária. Gramsci complementa o argumento:

Na luta, ‘os golpes não são dados de comum acordo’, e **toda antítese deve necessariamente colocar-se como antagonista radical da tese, tendo mesmo o objetivo de destruí-la e substituí-la completamente**. Conceber o desenvolvimento histórico como um jogo esportivo, com seu árbitro e suas normas preestabelecidas a serem

lealmente respeitadas, é uma forma de história com uma meta predeterminada, na qual a ideologia não se funda sobre o 'conteúdo' político, mas sobre a forma e o método da luta. É uma ideologia que tende a enfraquecer a antítese, a fragmentá-la numa longa séria de momentos, isto é, a reduzi a dialética a um processo de evolução reformista 'revolução-restauração', na qual apenas o segundo termo é válido, já que se trata de consertar continuamente (de fora) um organismo que não possui internamente os motivos próprios de saúde. Ademais, poder-se-ia dizer que uma tal atitude reformista é uma 'astúcia da Providência' para determinar uma maturação mais rápida das forças internas pela prática reformista." (Q 10, II, §41; CC, v1, p. 395-396)

Essa ideologia delimita o campo de ação (de embate) enfraquecendo a antítese, impedindo-a de realizar-se por completo. A ideologia consiste em afirmar que o movimento dialético consiste na evolução reformista. Recordemos que este tipo de leitura é uma deturpação do hegelianismo. É ideológico (pois arbitrário) e não tem nenhum valor científico. Este é o ponto mais duro da crítica que Gramsci faz a Croce.

1.2 Revolução passiva como programa político

Retomando o que dissemos anteriormente, agora falaremos sobre a hipótese de leitura do conceito de revolução passiva como programa político. Para isso, recorreremos aos parágrafos contidos no Caderno 10 que não foram abordados no capítulo anterior. Começamos analisando o seguinte trecho, que está inserido nos *Pontos de referência para um ensaio sobre B. Croce*, que possui o mesmo título do §41 do Caderno 10:

“6º Croce e a tradição italiana (ou uma corrente determinada da tradição italiana): teorias históricas da Restauração; escola dos moderados; **a revolução passiva de Cuoco, que se converte de advertência com vistas a um revigoreamento ético-nacional em fórmula de “ação”**; dialética “especulativa” da história, mecanicismo arbitrário da mesma (cf. a posição de Proudhon criticada na Miséria da filosofia); dialética dos “intelectuais” que concebem a si mesmos como encarnando a tese e a antítese e, portanto, como elaboradores da síntese; este não “engajar-se” inteiramente no ato histórico não será uma forma de ceticismo? Ou de covardia? Ou, pelo menos, não é ele mesmo um “ato” político?”. (Q 10, I, §6; CC, v1, p. 280).

No sexto parágrafo do Caderno 10, escrito entre abril e maio de 1932, e intitulado *Croce e a tradição historiográfica italiana*.

“É possível dizer que a historiografia de Croce é um renascimento da historiografia da Restauração adaptada às necessidades e aos interesses do período atual” p. 291 “Esta historiografia é um **hegelianismo degenerado** e mutilado, já que sua preocupação fundamental é um temor pânico dos movimentos jacobinos, de

qualquer intervenção ativa das grandes massas populares como fator de progresso histórico.” (Q 10, I, §6; CC, v1, p. 291)¹¹

A “**fórmula crítica** de Vincenzo Cuoco sobre as revoluções passivas”, que consistia em uma advertência que “deveria criar uma moral nacional de maior energia e de iniciativa revolucionária popular” **se converte em uma “concepção positiva, num programa político** e numa moral que (...) escondia (...) a intenção de abdicar e capitular diante da primeira ameaça séria de uma revolução italiana profundamente popular, isto é, radicalmente nacional”. (Q 10, I, §6; CC, v1, p. 291-293). E mais.

“Proudhon, tanto como os moderados italianos, **mutila o hegelianismo e a dialética**; portanto, a crítica a esta concepção político-historiográfica é a mesma que está contida na *Miséria da filosofia*, sempre viva e atual. Esta concepção foi definida por Edgar Quinet como “revolução-restauração”, que nada mais é do que a tradução francesa do conceito de “revolução passiva” interpretado “positivamente” pelos moderados italianos. O erro filosófico (de origem prática!) desta concepção consiste no seguinte: pressupõe-se “mecanicamente” que, no processo dialético, a tese deva ser “conservada” pela antítese a fim de não destruir o próprio processo, o qual, portanto, é “previsto”, como uma repetição ao infinito, mecanicamente e arbitrariamente prefixada.” (Q 10, I, §6; CC, v1, p. 292).

Segue discorrendo sobre a concepção hegeliana de dialética. Uma concepção de dialética que leva a posturas conservadoras. Mas a relação aqui apontada é de que o erro é de origem prática. Gramsci nos mostra como este erro tem consequências práticas. Com isso, ficam duas perguntas centrais: 1) qual é a origem prática do erro

11

Notar como a historiografia aparece como “determinadora” do campo de ação – há uma historiografia que teve a intervenção das massas – outra que a instaura... Já vimos Gramsci chamar a revolução passiva de teoria e de categoria historiográfica.

filosófico de Proudhon?; 2) Como determinada concepção de dialética (ou historiografia) afeta a ação política?

Como podemos observar, Gramsci classifica a concepção de Proudhon de racionalismo anti-historicista que busca “enquadrar o mundo”. Nota que apesar de ser um debate político, quase uma teoria da ação, o fundo do debate, ou ele mesmo, consiste em uma questão de método. Não no nível de uma disputa política, entre qual método adotar, mas uma disputa quase científica, *método contra método, mostrando qual é mais capaz de dar respostas coerentes*. Ou seja, não se trata de, frente à tentativa reacionária de ‘enquadrar o mundo’ buscar um quadro que valha para as forças progressistas. A questão é criticar e contrapor ao ‘enquadramento’ uma outra maneira de olhar a história, uma historiografia crítica, não dogmática, mais objetiva e, portanto, segura.

Hegel não permite “tais enquadramentos e limitações mutiladoras”. *Gramsci dá uma aula de dialética*: “Na história real, a antítese tende a destruir a tese, a síntese será uma superação, mas sem que se possa estabelecer, *a priori*, o que será ‘conservado’ da tese na antítese, sem que se possa ‘medir’ *a priori* os golpes como em um ringue convencionalmente regulado” (Q 10, I, §6; CC, v1, p. 292). Imediatamente segue: “Que isso ocorra de fato [a possibilidade de medir, *a priori* os golpes de um ringue regulado], de resto, é uma questão de ‘política’ imediata, já que, na história real, o processo dialético se fragmenta em inúmeros momentos parciais, o erro consiste em elevar a momento metodológico o que é pura imediatez elevando, precisamente, a filosofia o que é apenas ideologia” (Q 10, I, §6; CC, v1, p. 292).

Diferença entre política imediata e história real – entre imediatez e movimento metodológico – entre ideologia e filosofia. “No sistema lógico, introduz-se o elemento passional imediato, e depois se pretende que permaneça válido o valor instrumental do sistema” (Q 10, I, §6; CC, v1, p. 293). Notar esse duplo movimento que aparece claramente no trecho a seguir (e já aparece de maneira menos clara nos trechos anteriores), que consiste em um ataque ao mesmo tempo metodológico e

político, vejamos: “Que uma tal maneira de conceber a dialética fosse errada e ‘politicamente’ perigosa, perceberam-no os próprios moderados hegelianos do R.” (Q 10, I, §6; CC, v1, p. 293).

Uma maneira errada e politicamente perigosa – a definição tem uma valoração política (como fica claro no ‘perigosa’) e um valor metodológico, ou objetivo, ou científico (que aparece no ‘errado’). O erro político para os moderados do *Risorgimento* vinha da justificativa de que “o momento da autoridade é imprescindível e necessário’ era que impedia que o homem saísse do berço. “Regularam’ sua concepção para que, ao mesmo tempo que tirasse (criava possibilidades de tirar) o homem do berço, essa saída se restringia a sua classe. A conciliação entre abrir a brecha na autoridade, mas assegurando que apenas a sua classe se aproveitasse desta brecha, foi a: “‘revolução restauração’, ou seja, num conservadorismo reformista e temperado” (Q 10, I, §6; CC, v1, p. 293).

Frente a determinada concepção de dialética, apologeta do autoritarismo, mas sem disposição para criticá-lo por completo, a burguesia fica no meio termo. Notamos nos trechos citados que “a maneira de conceber a dialética” é reflexo de interesses de classe. Isso nos parece claro na passagem sobre a conciliação feita por ideólogo como Spaventa:

“Pode-se observar que um tal modo de conceber a dialética é próprio dos intelectuais, os quais concebem a si mesmos como os árbitros e mediadores das lutas políticas reais, os que personificam a “catarse” do momento econômico ao momento ético-político, isto é, a síntese do próprio processo dialético, síntese que eles ‘manipulam’ especulativamente em seus cérebros, dosando seus elementos ‘arbitrariamente’ (isto é, passionalmente)” (Q 10, I, §6; CC, v1, p. 293).

Crítica ao intelectual que se coloca como mediador. Notar que Gramsci faz crítica muito parecida a Croce. Temos aqui o intelectual – que se coloca como mediador da dialética –, entre estrutura e superestrutura – valendo-se deste método para justificar uma revolução restauração. São essas figuras que nós temos:

Intelectuais – dialética – estrutura x superestrutura – revolução restauração. Tendo o duplo pano de fundo da análise história (historiográfica) e da ação política (conciliação burguesa).

(C10, §61 – fev.-mai. 1933). *Pontos para um ensaio crítico sobre as duas Histórias de Croce: da Itália e da Europa*. “Relação histórica entre o Estado moderno francês nascido da Revolução e os outros Estados modernos da Europa continental. A comparação é de importância vital, contanto que não seja feita com base em esquemas sociológicos abstratos” (Q 10, II, §61; CC, v1, p. 426).

“Ela pode resultar dos seguintes elementos”: 1 - Explosão revolucionária na França, com mudança radical e violenta das relações sociais e políticas. 2 - Oposição europeia à Revolução Francesa e a sua difusão pelos ‘canais’ de classe. 3 - Guerra da França, com a República e com Napoleão, contra a Europa, primeiro para não ser sufocada, depois para construir uma hegemonia francesa permanente com a tendência a formar um império universal. 4 - Insurreições nacionais contra a hegemonia francesa e nascimento dos Estados europeus modernos mediante pequenas ondas reformistas sucessivas, mas não mediante explosões revolucionárias como aquela originária francesa” (Q 10, II, §61; CC, v1, p. 426)

O percurso começa na Revolução Francesa e repercute em revoluções passivas. “As ‘ondas sucessivas’ são constituídas por uma combinação de lutas sociais, de intervenções pelo alto, do tipo monarquia iluminada e de guerras nacionais, com predominância desses dois últimos fenômenos” (Q 10, II, §61; CC, v1, p 426). Ou seja, majoritariamente de cima pra baixo:

“Desse ponto de vista, o período da ‘Restauração’ é o mais rico de desenvolvimentos a restauração torna-se a forma política na qual as lutas sociais encontram quadros suficientemente elásticos para permitir à burguesia chegar ao poder sem rupturas clamorosas, sem o aparelho terrorista Frances” (Q 10, II, §61; CC, v1, p. 426).

“As velhas classes feudais são rebaixadas da condição de ‘dominantes’ aquela de ‘governista’, mas não são eliminadas, nem se tenta liquidá-las como conjunto orgânico”. (Q 10, II, §61; CC, v1, p. 426) – diferença entre dominante e dirigente. Na página 426 (Volume 1), Gramsci questiona se é possível repetir esse modelo em outras condições. Em seguida, lemos:

“Uma questão importante ligada à anterior é a do papel que os intelectuais acreditaram ter nesse longo processo de fermentação político-social incubada pela Restauração. A filosofia clássica alemã é a filosofia desse período: ela dá vida aos movimentos liberais nacionais de 1848 a 1870 [liberais nacionais...]. Sobre isso, deve-se também recordar o **paralelo hegeliano** (e da filosofia da práxis) entra a prática francesa e a especulação alemã. Na realidade o paralelo pode ser estendido: o que é ‘prática’ para a classe fundamental [proletário] torna-se ‘racionalidade’ e especulação para os seus intelectuais.” (Q 10, II, §61; CC, v1, p. 427)

“A questão pode ser colocada do seguinte modo: sendo o Estado a forma concreta de um mundo produtivo e sendo os intelectuais o elemento social de onde extraem os quadros governamentais, é próprio do intelectual não enraizado fortemente num grupo econômico apresentar o Estado como um absoluto {ver Gramsci no seu tempo - Frosini p. 286-7}. Desse modo, é concebida como absoluta e proeminente a própria função dos intelectuais, é racionalizada abstratamente a existência e a dignidade histórica dos mesmos. Esse motivo é básico para compreender historicamente o idealismo filosófico moderno e liga-se ao modo de formação dos Estados modernos na Europa continental enquanto ‘reação-superação nacional’ da Revolução Francesa, a qual, com Napoleão, tendia a estabelecer uma hegemonia permanente (motivo essencial para compreender o conceito de ‘revolução passiva’, de ‘restauração-revolução’, e para entender a importância da comparação

hegeliana entre os princípios dos jacobinos e a filosofia clássica alemã” (Q 10, II, §61; CC, v1, p. 429)¹².

E, ainda, finalizando o parágrafo em questão e o Caderno 10: “De qualquer modo, no *Risorgimento*, os intelectuais meridionais revelam-se claramente como esses estudiosos do Estado ‘puro’, do Estado em si. E, sempre que os intelectuais dirigem a vida política, segue-se à concepção do Estado em si todo o cortejo reacionário que é sua companhia necessária” (Q 10, II, §61; CC, v1, p. 430).

5) *“A história especulativa pode ser considerada como um retorno, (...) a nadar de modos de história já caídos em descrédito por serem vazias e retóricas” p. 308 (C10 §13) “A história ético-política – na medida em que prescinde do conceito de bloco histórico, no qual conteúdo econômico social e forma ético política se identificam concretamente na reconstrução dos vários períodos históricos – e nada mais do que uma apresentação de filosofemas mais ou menos interessantes, porém não é história” p. 308 (C10 §13) Que trecho! Aqui temos uma definição clara de bloco histórico – conteúdo econômico-social e forma ético-política se identificando concretamente. [transformar em comentário]. Por fim temos aí bons indícios de o que é história para G, ou melhor, no que consiste fazer história, melhor: qual é o método (elemento) correto de se fazer história – um dos elementos deste método é levar em conta o Bloco histórico. Por não levar em conta o Bloco Histórico, falta ossatura às análises históricas de Croce [na 391 lemos que Marx constitui a ossatura do socialismo contemporâneo]*

Há também uma menção à revolução passiva no parágrafo 13 (escrito em maio de 1832), que fecha a Parte I (Pontos de referência para um ensaio sobre B. Croce) do Caderno 10 é intitulado “Notas” e contém 8 delas. A curta nota de número 6, citada

aqui por inteiro diz: “O transformismo como uma forma de **revolução passiva** no período de 1870 pra frente” Gramsci retoma o tema do transformismo no Caderno 15, que abordaremos no segundo capítulo da presente dissertação.

(Q15, §36 – mai. 1933) “*Passado e presente*. Na *Critica* de 20 de março de 1933, aparece uma breve anotação de Croce: ‘O mundo caminha para...’ Mas parece que Croce não mostrou todos os aspectos da fórmula, que é essencialmente uma fórmula política, de ação política. Conseguir convencer que ‘o mundo caminha’ nunca certa direção significa, apenas e tão somente, conseguir convencer sobre a inelutabilidade da própria ação e obter o consenso passivo para sua explicitação.” (Q 15, §36; CC, v1, p. 449). – Croce, pelo que o texto dá a entender, afirma que um dos fatos do “mundo caminha para...” é a covardia. G pergunta, então, qual seria a causa de uma covardia tão bem difundida, e aponta que Croce é um dos culpados por essa “covardia” – seria, em parte, consequência da concepção histórica croceana.

“Também [Ugo] Spirito deve ser contado entre os teóricos (...) da ‘revolução passiva ou revolução-restauração’, e não como ele pretende, entre os ‘extremistas’ de uma qualquer dialética ideal ou real.” (Q 15, §36; CC, v1, p. 449-451).

“Vê-se que ser partidário da liberdade em abstrato não conta nada, é simplesmente uma posição de homem de gabinete que estuda os fatos do passado, mas não de homem atual participante das lutas de seu tempo” – Alerta para o perigo determinista do “mundo caminha” – “é cômoda a expressão de um ‘mundo’ sólido que vai pra algum lugar” (Q 15, §36; CC, v1, p. 449)

Ao “profetizar” o movimento do mundo e, implicitamente, a ideia de que este movimento é sólido, Croce se coloca no papel de mediador de dois extremos. Gramsci pergunta se este papel de mediador pretensamente descolado de um dos lados não significa uma colaboração com o ator mais forte (nos lembra muito o Lenin do que fazer).

Na sequência, Gramsci afirma: “Não seria mais honesto [da parte de Croce] intelectualmente aparecer em cena no verdadeiro papel de aliado ‘com reservas’ de uma das duas partes, em lugar de querer aparecer como superior às misérias passionais das próprias partes e como encarnação da história” (Q 15, §36; CC, v1, p. 450). Gramsci voltará nesse ponto no Caderno 11, onde afirma que: “Que Croce seja favorável às ‘tranquilas teorias’ e não às ‘realidades efetivas’, que uma reforma ‘em ideia’ e não em ato lhe pareça fundamental, é algo compreensível: foi neste sentido que a filosofia alemã influenciou na Itália no período do *Risorgimento*, com o ‘moderantismo’ liberal (no sentido mais restrito de ‘liberdade nacional’)” (Q11, §49; CC, v1, p. 190).

Capítulo 2 – *Risorgimento* (Cadernos 15 e 19)

2.1 *Risorgimento* e revolução passiva

“O *Risorgimento* é um desenvolvimento histórico complexo e contraditório, que se torna um todo a partir de todos os seus elementos antitéticos, de seus protagonistas e de seus antagonistas, de suas lutas, das modificações recíprocas que as próprias lutas determinam e até mesmo da função das forças passivas e latentes, como as grandes massas agrícolas, além naturalmente, da função eminente das relações internacionais” (Q8, §33; CC, v5, p. 285)¹³

O trecho mencionado acima traz uma das melhores definições que Gramsci dá sobre o *Risorgimento*, movimento de reunificação da Itália, ocorrido entre os anos de 1815 e 1870, que acaba por servir como o principal exemplo histórico de revolução passiva. A temática do *Risorgimento* tem um Caderno inteiramente dedicado a ele, o Caderno 19, além de ser o tema e intitular diversos parágrafos ao longo dos *Cadernos*. Nos deteremos um pouco na estrutura do Caderno 19 antes de analisar outros parágrafos que nos interessam neste debate.

13

tipo B, escrito em fevereiro de 1932.

Trata-se de um parágrafo de

O Caderno de número 19 é intitulado *Risorgimento italiano* e foi escrito nos anos de 1934 e 1935. Até o parágrafo §23 ele é formado por textos de tipo C que são referentes a parágrafos contidos no Caderno 9 (*Miscellanea e Note sul Risorgimento italiano*. Escrito em 1932). Do parágrafo §24 ao §39, reelabora textos contidos no Caderno 1 (*Primo quaderno*. Escrito nos anos de 1929 e 1930). Os parágrafos que vão do §40 ao §51 remetem ao Caderno 3 (*Miscellanea*. 1930). Dentre os parágrafos restantes (§52 – §58), alguns são de tipo ‘B’ e outros remetem ao Caderno 6 (*Miscellanea*. Escrito entre 1930 e 1932). Ou seja, o Caderno 19 é composto praticamente por parágrafos de tipo C’. É interessante notar que, apesar da ‘data avançada’ em que foi escrito o Caderno 19, nele estão contidas vários textos C, provavelmente cópias literais, que consistem em referências bibliográficas a servirem de base para estudos posteriores e que os três parágrafos de tipo B contidos nele também são notas bibliográficas, o que dá a ideia de tratar-se de um trabalho ainda em fase inicial, com fontes a serem retomadas e ampliadas.

O primeiro parágrafo do Caderno 19 consiste em uma lista de temas para ensaios sobre momentos da história italiana anterior ao *Risorgimento* que teriam criado “elementos culturais que tiveram repercussão na Era do *Risorgimento* (repercussão positiva e negativa) e também continuam a operar na vida nacional italiana, tal como foi formada pelo *Risorgimento*” (Q19, §1; CC, v5, p. 13). Entre os tópicos, estão contidos os seguintes temas: significados da palavra Itália; a passagem do ‘nacional’ para o ‘cosmopolita’ com a fundação do Império Romano; formação dos ‘novos grupos sociais urbanos’; mercantilismo e monarquias absolutas; a influência estrangeira na Itália e a falta de ‘unitarismo’. Todos estes são elementos culturais que tiveram repercussão no *Risorgimento*.

No parágrafo §3, intitulado “*As origens do Risorgimento*”, Gramsci descreve e aprofunda a análise sobre outro pressuposto do *Risorgimento*, que é a perda de poder por parte do Papado. Gramsci chega a afirmar que:

“Que o movimento liberal tenha tido êxito em suscitar a força católico-liberal e fazer com que o próprio Pio IX se pusesse, ainda que brevemente, no terreno do liberalismo (o suficiente para desagregar o aparelho político-ideológico do catolicismo e tirar-lhe a confiança em si mesmo) – eis a obra-prima política do *Risorgimento* e um dos pontos mais importantes de desatamento dos velhos nós que haviam impedido, até então, pensar concretamente na possibilidade de um Estado unitário italiano.” (Q19, §3; CC, v5, p. 21)

Ainda no Caderno 19, encontraremos vários parágrafos relevantes para o debate sobre revolução passiva. Alguns deles serão retomados no tópico que trata da Revolução Francesa, outros no Capítulo sobre o transformismo. Por ora, nos interessa focar na análise do seguinte parágrafo:

“A afirmação de que a Itália moderna foi caracterizada pelo voluntariado é correta (pode-se acrescentar o *arditismo* de guerra), mas é preciso observar que o voluntariado, apesar de seu mérito histórico, que não pode ser diminuído, foi um sucedâneo da intervenção popular e, nesse sentido, é uma solução de compromisso com **a passividade das massas nacionais**. Voluntariado-passividade caminham juntos mais do que se acredita. A solução do voluntariado é uma solução autoritária, de cima pra baixo, legitimada formalmente pelo consenso, como se costuma dizer, dos “melhores”. Mas, para construir história duradoura, não bastam os “melhores”, são necessárias as energias nacional-populares mais amplas e numerosas.” (Q19, §11; CC, v5, p. 51-52)

Período caracterizado pela ausência de participação das massas populares, o *Risorgimento* é marcado por uma conquista de cima para baixo. Nas palavras de Gramsci: “*Risorgimento* como conquista régia e não como movimento popular.” (Q3,

§40; CC, v5, p. 205). Tal ausência fica clara quando se compara o movimento do *Risorgimento* com a Revolução Francesa. Enquanto a segunda foi uma revolução ativa do ponto de vista das massas populares, a primeira foi uma revolução passiva em relação a estas mesmas massas. Também tendo em vista o grau de participação popular em cada um dos movimentos mencionados, Gramsci faz a seguinte comparação: “a Reforma [Protestante] está para o Renascimento assim como a Revolução Francesa para o *Risorgimento*” (Q3, §40; CC, v5, p. 205).

Conforme destacamos acima, outra característica do *Risorgimento* é a de ter sido um movimento de “conquista régia”, de realização de mudanças “de cima para baixo”, o qual chega a efetivamente realizar a fundação de um novo Estado, sem que haja alguma mudança decisiva na correlação de forças preestabelecida. Uma espécie de “revolução sem revolução”¹⁴, que se dá dentro dos “limites legais” e consiste em pequenas e lentas mudanças. Em um pequeno parágrafo de tipo B contido no Caderno 8 e escrito em 1932, Gramsci faz a seguinte afirmação:

“*Risorgimento*. Ao lado dos conceitos de revolução passiva, de revolução restauração etc., pôr esta afirmação de Giuseppe Ferrari (10 de novembro de 1864, no Parlamento) “Somos o Governo mais livre que a Itália jamais teve em quinhentos anos; se eu sair deste Parlamento, deixarei de pertencer à revolução ordenada, legal, oficial”” (Q8, §51; CC, v5, p. 289)¹⁵

Trecho no qual fica evidente como havia, nos partidos responsáveis pelo *Risorgimento*, uma clara defesa da ordem e da legalidade. A revolução passiva, dada

14
Gramsci no (Q19, §24; CC, v5, p. 63).

Formulação utilizada por

15
integralmente.

O parágrafo foi citado

sua própria natureza conservadora, de manutenção de muitas das principais características da ordem preestabelecida, tem como características marcantes o apego à ordem e à legalidade. Outra característica dos processos de revolução passiva, novamente quando contrapostos a processos de ‘revoluções ativas’ é a de que, nas primeiras, as mudanças ocorrem lentamente, de forma molecular; enquanto nas revoluções ‘ativas’, as modificações se dão de forma rápida. Vejamos mais um parágrafo sobre o *Risorgimento* e a revolução passiva:

“*Risorgimento italiano*. Sobre a revolução passiva. Protagonistas os ‘fatos’, por assim dizer, e não os ‘homens individuais’. Como, sob um determinado invólucro político, necessariamente se modificam as relações sociais fundamentais e novas forças políticas efetivas surgem e se desenvolvem, as quais influenciam indiretamente, com pressão lenta, mas incoercível, as forças oficiais, que, elas próprias, se modificam sem se dar conta, ou quase.” (Q15, §56; CC, v5, p. 328)¹⁶

Aqui, Gramsci destaca o fato de que as mudanças que ocorrem em um processo de revolução passiva se dão de forma lenta e gradual, além de destacar a força destes processos, fruto de uma “pressão lenta, mas incoercível”. Buscamos destacar neste Capítulo alguns trechos dos Cadernos nos quais Gramsci menciona diretamente o tema *Risorgimento* e o conceito de revolução passiva, além de destacar os principais pontos do Caderno 19 que julgamos contribuir no debate sobre revolução passiva. O tema do *Risorgimento*, que lateralmente já foi abordado no Capítulo 1, voltará a aparecer várias vezes neste estudo, em especial nos outros tópicos que compõem o Capítulo 2 e nos Capítulos 3 e 4.

16 O parágrafo foi citado integralmente.

2.2 Revolução Francesa

Neste tópico, abordaremos outro tema central para o debate sobre a revolução passiva: o papel da Revolução Francesa como impulsionadora da Era do *Risorgimento* e, conseqüentemente, como uma das ‘causas’ da revolução passiva. Como afirmamos, a própria noção de revolução passiva é pensada em contraposição a uma forma cronologicamente anterior, a de revolução ‘ativa’. Vejamos como a relação entre Revolução Francesa e *Risorgimento* (revolução passiva) aparece em alguns parágrafos dos *Cadernos*. Começemos pelo §55 do Caderno 5, um parágrafo de tipo B.

“É verdade, pois, que, nos italianos, a tradição da universalidade romana e medieval impediu o desenvolvimento das forças nacionais (burguesas) além do campo puramente econômico-municipal, ou seja, as “forças” nacionais só se tornaram “força” nacional após a Revolução Francesa e a nova posição que o Papado passou a ocupar na Europa” (Q5, §55; CC, v5, p. 218)

Gramsci situa a Revolução Francesa como ponto central na formação das forças nacionais que impulsionaram o movimento do *Risorgimento*. Um movimento no qual o elemento revolucionário nacionalista se forma após a invasão estrangeira e que resulta na reação a ele. Ainda no §55 do Q5, Gramsci afirma que: “A França representou um mito para a democracia italiana, a transfiguração num modelo estrangeiro daquilo que a democracia italiana jamais tinha conseguido nem se propunha fazer concretamente, o sentimento da própria impotência e incapacidade em seu âmbito nacional.” (Q8, §42; CC, v5, p. 288).

Outro parágrafo que consideramos relevante para esta reconstrução é o parágrafo §78, do Caderno 6. Trata-se de um parágrafo tipo B e nele Gramsci faz uma reconstrução cronológica de momentos da Revolução Francesa e sua influência no *Risorgimento*. O parágrafo se inicia com a seguinte ‘advertência’:

“(...) seria preciso analisar todo o movimento histórico partindo de diversos pontos de vista, até o momento em que os elementos essenciais da unidade nacional se unificam e se tornam uma força suficiente para alcançar o objetivo, o que me parece acontecer apenas depois de 1848. Esses elementos são negativos (passivos) e positivos (ativos), nacionais e internacionais.” (Q6, §78; CC, v5, p. 246).

E passa em seguida à análise de alguns destes elementos, como podemos ver no trecho a seguir:

“Condições para a unidade nacional: 1) existência de um certo equilíbrio das forças internacionais que fosse a premissa da unidade italiana. Isto se verificou depois de 1748, ou seja, após a queda da hegemonia francesa e a exclusão absoluta da hegemonia austríaco-espanhola, mas desapareceu novamente depois de 1815: todavia, o período entre 1748 e 1815 teve uma grande importância na preparação da unidade, ou melhor, para o desenvolvimento dos elementos que deviam conduzir à unidade.” (Q6, §78; CC, v5, p. 247)

Aqui está descrito o momento que se pode chamar de primeira fase do *Risorgimento*, o momento de preparação intelectual e moral do movimento. Já neste momento de ‘preparação’, as ideias francesas passam a ganhar uma feição local ao chegarem à Itália, perdendo parte da sua força e ganhando uma versão ‘monárquica’. Tal movimento pode ser notado no trecho que segue:

“De elemento negativo e passivo, a situação internacional se torna elemento ativo depois da Revolução Francesa e das guerras napoleônicas, que ampliam o interesse político e nacional à pequena burguesia e aos pequenos intelectuais, que dão uma certa experiência militar e criam um certo número de oficiais italianos. A fórmula “república uma e indivisível” adquire uma certa popularidade e, apesar de tudo, o Partido de Ação origina-se da Revolução Francesa e de suas repercussões na Itália; esta fórmula é adaptada para “Estado único e indivisível”, monarquia una e indivisível, centralizada etc.” (Q6, §78; CC, v5, p. 247-248)

A crucial adaptação da fórmula da “república una e indivisível” para a de “Estado [monárquico, centralizado] único e indivisível” toma forma e tem como seu representante, na Itália, o Estado Piemontês. Gramsci demonstra como a política de Cavour, de “ampliação do Estado piemontês”, não se dá como movimento nacional de baixo para cima, mas como conquista régia. “os liberais de Cavour não são jacobinos nacionais” (Q6, §78; CC, v5, p. 248). O elemento Estatal, régio, representante de um movimento de cima para baixo, característico da revolução passiva, tem como seu complemento a passividade das massas populares. Ao contrário, na França, uma das características mais marcantes do seu processo revolucionário foi exatamente a participação ativa das massas populares. Nas palavras de Gramsci:

“A França era a Revolução Francesa, não o regime efetivo, era a **participação das massas populares na vida política e estatal**, era a existência de fortes correntes de opinião, a desprovincialização dos partidos, o decoro da atividade parlamentar, etc., coisas que não existiam na Itália, que se ambicionavam, mas para cuja consecução não se sabia e não se queria fazer nada preciso, coordenado, contínuo: mostrava-se ao povo italiano o modelo francês, quase como

a esperar que o povo italiano fizesse por conta própria, ou seja, por iniciativa espontânea de massa, aquilo que os franceses haviam alcançado através de uma série de revoluções e de guerras, à custa de torrentes de sangue.” (Q8, §42; CC, v5, p. 288).

Fica clara a distinção entre o exemplo de revolução ‘ativa’ (Revolução Francesa, participação das massas populares) e o de revolução passiva (*Risorgimento*, conquista régia, ausência de participação das massas populares). Porém, há um segundo elemento que é importante destacar em relação à ‘comparação’ entre revolução ativa e passiva: a revolução passiva não apenas se distingue da ativa no que diz respeito ao grau de envolvimento das massas populares, mas é também uma reação ela, ou seja, a revolução passiva tem algo de ‘revolução preventiva’. Processos de revolução passiva, como o *Risorgimento* e o Fascismo, são reações que se seguem a processos de revolução ‘ativa’ (Revolução Francesa e Revolução Russa, respectivamente).

Nos trechos a seguir podemos notar como Gramsci elabora esta noção de causalidade entre um tipo de revolução e outro. “Ou seja, existe uma Era do *Risorgimento* na história que se desenrola na península italiana, não existe uma história da Europa como tal: nesta, o que corresponde é a Era da Revolução Francesa e do liberalismo” (Q19, §2; CC, v5, p. 16). E acrescenta, aprofundando esta afirmação e tornando-a ainda mais consequente:

“(…) como foi tratada por Croce, de modo falho, porque no quadro de Croce falta a premissa, a revolução na França e as guerras subsequentes: as derivações históricas são apresentadas como fatos em si, autônomos, que têm em si as próprias razões de ser, e não como partes de um mesmo nexos histórico, no qual a Revolução Francesa e as guerras não podem deixar de ser elemento essencial e necessário” (Q19, §2; CC, v5, p. 16)

Essencial e necessário, este é o nexos que liga a revolução ‘ativa’, que tem sua grande expressão na Revolução Francesa ao processo de revolução passiva, representado pelo *Risorgimento*. No parágrafo seguinte do Caderno 19, vemos como Gramsci segue desenvolvendo o argumento de que a Revolução Francesa foi o elemento crucial a impulsionar o *Risorgimento*:

“A Revolução francesa é um dos acontecimentos europeus que operam com mais intensidade para aprofundar um movimento já iniciado nas “coisas”, reforçando as condições positivas (objetivas e subjetivas) do movimento mesmo e funcionando como elemento de agregação e centralização das forças humanas dispersas em toda a península e que, de outro modo, teriam tardado mais a “concentrarem-se” e a entenderem-se entre si” (Q19, §3; CC, v5, p. 22).

E ainda:

“Os fatores internacionais, e especialmente a Revolução Francesa, enfraquecendo estas forças reacionárias [em especial a Igreja] e desgastando-as, fortalecem por consequência as forças nacionais em si mesmas escassas e insuficientes.” (Q19, §3; CC, v5, p. 22).

Entre as velhas forças reacionárias, Gramsci cita, além do Papado, a Áustria e os despotismos regionais. “As forças tendentes à unidade eram escassíssimas, dispersas, sem nexos entre si e sem capacidade de suscitar laço recíprocos, e isto não só no século XVIII mas, pode-se dizer, até 1848” (Q19, §3; CC, v5 p. 25). Por outro lado, as forças contrárias à unidade eram poderosas, a igreja se destaca entre elas e; que “absorviam a maior parte das capacidades e energias individuais que poderiam constituir um novo pessoal dirigente nacional, dando-lhes uma orientação e uma educação cosmopolita-clerical” (Q19, §3; CC, v5, p. 25). A Igreja reunia a intelectualidade a sua volta. Sobre as “forças liberais” que enfraqueceram a Igreja, temos a Revolução Francesa. “É esta a contribuição mais importante da Revolução

Francesa, muito difícil de avaliar e definir, mas que se intui como de peso decisivo na preparação do movimento do *Risorgimento*.” (Q19, §3; CC, v5, p. 26).

2.3 Jacobinismo

Como vimos no tópico anterior, uma característica definidora da revolução passiva está ligada à ausência de participação das massas populares nos processos deste tipo. Neste tópico, abordaremos em mais detalhes uma das características da Revolução Francesa, que é o fato dela ser uma revolução do tipo radical-jacobina.

No primeiro parágrafo, onde há uma menção direta à revolução passiva, ela aparece caracterizada como uma modernização do Estado que prescinde da revolução política de tipo radical-jacobina. Nos parágrafos §44 e §150 do Caderno 1, o termo revolução passiva é inserido em data posterior à redação do parágrafo, no Caderno 4, parágrafo §57 (tipo B, escrito em novembro de 1930), o termo aparece já na redação original. Neste parágrafo, intitulado *Vincenzo Cuoco e a revolução passiva*, Gramsci afirma:

“Vincenzo Cuoco chamou de revolução passiva a revolução ocorrida na Itália, como consequência imediata das guerras napoleônicas. O conceito de revolução passiva me parece exato não só para a Itália, mas também para os outros países que modernizaram o Estado através de uma série de reformas ou de guerras nacionais, sem passar pela revolução política de tipo radical-jacobina. Ver como Cuoco desenvolve o conceito para a Itália” (Q4, §57; CC, v5, p. 209).

Aqui temos uma caracterização da revolução passiva como modernização estatal de tipo não jacobina impulsionada (consequência imediata) por eventos externos (Revolução Francesa e Guerras Napoleônicas). Outra menção a Vincenzo Cuoco e ao seu “Ensaio” - *Saggio storico sulla rivoluzione napoletana* (1801) –

aparecerá no Caderno 15, em um texto escrito no ano de 1933: “O ponto de partida deste estudo será o trabalho de Vincenzo Cuoco, mas é evidente que a expressão de Cuoco a respeito da Revolução Napolitana de 1799 não passa de uma sugestão, porque o conceito foi completamente modificado e enriquecido” (Q15, §17; CC, v5, p. 322). Mesmo com os enriquecimentos e modificações que Gramsci introduz no conceito de revolução passiva ele, o conceito, não deixa de ter essa característica de representar um movimento (ou momento) de ausência de radicalismo jacobino.

Consta também neste parágrafo a afirmação de que “O gandhismo [estamos falando de um parágrafo escrito em 1933] e o tolstoísmo [teoria da não resistência ao mal] são teorizações ingênuas e com tintura religiosa da ‘revolução passiva’.” Voltaremos a este ponto posteriormente, mas, agora, nos interessa analisar um terceiro parágrafo onde Gramsci menciona Cuoco e faz uma descrição da revolução passiva em contraponto (no sentido de não ter realizado o que essa realizou) à Revolução Francesa.

No parágrafo §24 do Caderno 19, escrito entre fevereiro de 1934 a fevereiro de 1935, Gramsci aborda uma temática muito mais abrangente do que a do jacobinismo. Trata-se de um dos parágrafos mais longos de todos os *Cadernos*, com quase 20 páginas, no qual Gramsci aborda vários temas centrais para os *Cadernos*. É também o último parágrafo em que o tema da revolução passiva é mencionado. Vejamos:

“A partir da política dos moderados, torna-se claro que pode e deve haver uma atividade hegemônica mesmo antes da ida ao poder e que não se deve contar apenas com a força material que o poder confere para exercer uma direção eficaz: de fato, a brilhante solução destes problemas tornou possível o *Risorgimento* nas formas e nos limites em que ele se realizou, sem ‘Terror’, como ‘revolução sem revolução’, ou seja, como ‘revolução passiva’, para empregar uma expressão de

Cuoco num sentido um pouco diverso de Cuoco.” (Q19, §24; CC, v5, p. 63)

Sobre a postura não jacobina do Partido de Ação ver em especial as páginas 79 e 80 do V5, nas quais Gramsci desenvolve a ideia de que:

“No Partido de Ação, não se encontra nada que se assemelhe a esta orientação jacobina, a esta vontade inflexível de se tornar o partido dirigente.” (Q19, §24; CC, v5, p. 82) e que: “Se, na Itália, não se formou um partido Jacobino, as razões devem ser buscadas no campo econômico, isto é, na relativa fraqueza da burguesia italiana e no clima histórico diferente da Europa após 1815.” (Q19, §24; CC, v5, p. 83).

Gramsci compara, na página 84 do volume 5, as experiências francesa, alemã, Inglesa e Italiana. O processo francês é o mais rico de elementos ativos e positivos. No alemão, há a ascensão da burguesia enquanto as classes feudais mantêm proeminente influência no aparato Estatal. O processo inglês possui semelhanças com o alemão. No caso alemão:

“(…) a relação de classes criada pelo desenvolvimento industrial, com o alcance do limite da hegemonia burguesa e a inversão de posições das classes progressistas, induziu a burguesia a não lutar até o fim contra o velho regime, mas a deixar subsistir uma parte de sua fachada sob a qual ocultar o próprio domínio efetivo.” (Q19, §24; CC, v5, p. 85).

A direção político-militar no período 1848-1849, tanto por parte dos moderados quanto por parte do Partido de Ação é classificada como:

“Aqueles homens, efetivamente, não souberam guiar o povo, não souberam despertar-lhe o entusiasmo e a paixão, se se entende demagogia em seu significado originário. Terão alcançado, pelo

menos, o fim que se propunham? Eles diziam se propor a criação do Estado moderno na Itália e produziram algo bastardo, se propuseram suscitar uma classe dirigente difusa e enérgica e não conseguiram, inserir o povo no quadro estatal e não conseguiram” (Q19, §28; CC, v5, p. 105).

Gramsci encerra este parágrafo discorrendo sobre esta demagogia, sobre povo-nação e sobre povo. Os piemonteses preferiam uma derrota para a Áustria do que uma insurreição popular na ‘Itália’. Nada de muito novo tratando-se de aristocratas e burgueses; o mesmo já havia ocorrido no episódio da Comuna de Paris, por exemplo. O §30C19, trata disso, dando um como exemplo o caso Polonês. No §53C19 (p. 125 V5), Gramsci aborda como o Partido de Ação perdeu a luta da propaganda para os moderados.

“Existe uma certa tendência de superestimar a contribuição das classes populares ao *Risorgimento*, insistindo especialmente no fenômeno do voluntariado. (Q19, §28; CC, v5, p. 103-104) Não participação popular, caracterizando a passividade.

“os moderados, em sua propaganda, não tinham escrúpulos, enquanto os homens do Partido de Ação eram cheios de “generosidade” patriótica, nacional etc., e respeitavam todos aqueles que pelo *Risorgimento* realmente sofreram. (...) Os moderados não reconheciam, sistematicamente, nenhuma força coletiva agente e operante no *Risorgimento* além da dinastia e dos moderados: o Partido de Ação, reconhecem a benemerência de personalidades individuais, que são exaltadas tendenciosamente para serem capturadas; outras são difamadas, conseguindo-se em todo caso romper o vínculo coletivo.” (Q19, §53; CC, v5, p. 125)

Ainda no mesmo parágrafo, Gramsci afirma:

“Na realidade, o Partido de Ação não soube contrapor nada eficaz a esta propaganda, que, através da escola se tornou ensinamento oficial: lamentações ou desabafos tão puerilmente sectários e parciais que não podiam convencer os jovens cultos e deixavam indiferente os homens do povo, isto é, não tinham eficácia sobre as novas gerações: assim, o Partido de Ação foi desagregado e a democracia burguesa não soube jamais criar uma base popular.” (Q19, §53; CC, v5, p. 125)

“[na Era das Comunas] A burguesia italiana não soube unificar em torno de si o povo, e esta foi a causa de suas derrotas e das interrupções de seu desenvolvimento. Também no *Risorgimento*, tal egoísmo estreito impediu uma revolução rápida e vigorosa como a francesa.” (Q25, §5; CC, v5, p. 141).

Ao falar da ausência de **jacobinismo** na Itália de Maquiavel, Gramsci aponta que "precisamente aquela força que, nas outras nações, criou e organizou a vontade coletiva nacional-popular e fundou os Estados Modernos" (Q13, §1; CC, v3, p. 17) não existiu na Itália. Fica evidente a conexão entre revolução passiva e jacobinismo, ou seja: revolução passiva como ausência de jacobinismo.

O jacobinismo precoce de Maquiavel. Após o jacobinismo da Revolução Francesa: "toda a história depois de 1815 mostra o esforço das classes tradicionais para **impedir a formação de uma vontade coletiva desse tipo, para manter o poder 'econômico-corporativo' num sistema internacional de equilíbrio passivo**" (Q13, §1; CC, v3, p. 18).

Notar que toda essa reflexão se encadeia com a enunciação das características que o Partido deve ter. Jacobinismo - Maquiavel - Partido - revolução passiva. Partido como 'organizador de um reforma intelectual e moral'. A formação do 'elemento revolucionário na Itália' após a invasão estrangeira. (Q2, §70; CC, v5, p. 191). Ainda

sobre o jacobinismo, ver: (Q8, §10; CC, v5, p. 279), no (Q8, §11; CC, v5, p. 280) e no (Q8, §20; CC, v5, p. 281). (Q17, §27; CC, v3, p. 354) – Há em Maquiavel a paixão do Jacobino. Pode servir como uma ponte para, ao falar de jacobinismo, dissertar sobre o caráter de ‘manifesto’ que possui o Príncipe. Fazer isso. O § dá abertura e convém sim inserir a referência ao ‘príncipe manifesto’.

2.4 Partido Moderado e Partido de Ação

Como vimos anteriormente, um dos exemplos históricos utilizados por Gramsci de forma mais recorrente, quando se trata do debate sobre a revolução passiva, é o movimento do *Risorgimento*. E, ao tratar deste período, Gramsci dedica especial atenção à ‘disputa’ entre o Partido Moderado, representado na figura de Cavour e o Partido de Ação, representado principalmente por Mazzini. Neste tópico nos interessa analisar os parágrafos em que Gramsci aborda e desenvolve o conceito de revolução passiva em conjunto com a reconstrução da disputa entre os dois partidos mencionados. Uma importante característica do Partido Moderado, e que Gramsci destaca em mais de um parágrafo, era que sua tarefa consistia, em certa medida, em impedir a ação dos ‘democratas’, mais do que necessariamente a tarefa de unificar a península, como podemos ver no parágrafo que segue:

“Em 1860, D’Azeglio, governador de Milão, impediu que fossem mandadas armas e munições a Garibaldi para a expedição de Marsala, “parecendo-lhe pouco leal (!) ajudar uma insurreição contra o Reino de Nápoles, com o qual se mantinham relações diplomáticas”, como escreve o Senador Mozzioni (...). Já que D’Azeglio, em outras ocasiões, não ficou tão preso à “lealdade”, sua atitude deve ser explicada com a aversão cega e sectária ao Partido de Ação e a Garibaldi¹⁷. A atitude de D’Azeglio explica a política tímida e oscilante de Cavour em 1860: D’Azeglio era um Cavour menos inteligente e menos homem de Estado, mas politicamente se assemelhavam: **para**

17

Gramsciano.

Ver o verbete Garibaldi na página 647 do Dicionário

eles, não se tratava tanto de unificar a Itália quanto de impedir a ação dos democratas” (Q2, §56; CC, v5, p. 184)¹⁸.

Cavour e a tarefa¹⁹ do Partido Moderado - impedir a ação democrata, mais do que defender a unificação. O mesmo exemplo se repete com outras formulações, como no caso do apoio a potências estrangeiras como a Áustria, onde a elite milanesa prefere apoiar o invasor estrangeiro a atender as demandas do próprio povo. Mostra os limites colocados pela classe dominante em relação a até onde a mudança pode ser aceita. E, principalmente, quais são suas prioridades, no caso: impedir a ‘ação’ dos democratas aparece como algo mais primordial que a própria reunificação. É como se a unificação fosse um meio para impedir a ação dos democratas e uma consequência desse processo. Eis uma das facetas da tarefa de Cavour. Além desta, Gramsci destaca outras:

”Cavour não foi apenas um diplomata, mas, antes, essencialmente um político “criador”, só que seu modo de “criar” não era como revolucionário, mas como conservador: e, em última análise, triunfou não o programa de Mazzini e de Garibaldi, mas sim o de Cavour.” (Q6, §89; CC, v5, p. 253)²⁰ Criar conservando. “Cavour foi essencialmente um “apagador de incêndio” ou, como se poderia dizer, “um termidoriano preventivo”²¹, uma vez que, nem em Mazzini nem em Garibaldi nem no

18 Trata-se de um parágrafo de tipo B

19 Na edição brasileira o termo ‘*compito*’ é traduzido como ‘missão’. Neste texto utilizaremos o termo ‘tarefa’. Nas citações manteremos ao termo ‘missão’ tal qual consta na edição que estamos citando e indicaremos entre colchetes o termo original.

20 Trata-se de um parágrafo de tipo B

21 Gramsci define a expressão ‘termidoriano preventivo’ da seguinte forma: “não um termidoriano que toma o poder depois que as forças latentes se puseram em movimento, mas toma o poder para impedir que tais forças se desencadeiem; na Revolução Francesa, um monarquista constitucional era um termidoriano por antecipação etc.” (Q6, §89; CC, v5, p. 254)

próprio Crispi, havia o estofado dos jacobinos do Comitê de Salvação Pública.” (Q6, §89; CC, v5, p. 253). ‘Criação conservadora’ que se antecipa à ‘criação revolucionária’. O aspecto preventivo da ação de Cavour é crucial para compreensão do conceito de revolução passiva. Trata-se de uma espécie de contrarrevolução que se dá antes que a própria ‘revolução’ possa ocorrer, e coloca em movimento exatamente para impedir que ela ocorra. Porém, não se trata apenas de uma simples contrarrevolução ou de mero conservadorismo. No *Risorgimento*, bem como em outros momentos de ‘revolução passiva’, há ao lado do conservadorismo o fator da ‘criação’.

“Um problema é este: na luta Cavour-Mazzini, em que Cavour é o expoente da revolução passiva – guerra de posição e Mazzini, da iniciativa popular – guerra manobrada, não serão ambos indispensáveis na mesma e precisa medida?” (Q15, §11; CC, v5, p. 317). (mar.-abr. 1933) *Maquiavel*. Na luta entre Cavour (RP, guerra de posição) e Mazzini (iniciativa popular – guerra manobrada) ambos são indispensáveis na mesma medida. Porém, faltou a Mazzini a consciência da própria missão, bem como a consciência da missão de Cavour. Se “Mazzini tivesse tido tal consciência (...) o equilíbrio resultante da confluência das duas atividades teria sido diferente, mais favorável ao mazzinismo” (Q15, §11; CC, v5, p. 317)

(Q15, §11; CC, v5, p. 317) Menciona novamente o fato de que Mazzini não tinha noção de sua missão. Neste parágrafo, antes e depois do trecho citado acima aparecem referências sobre o ponto da ‘missão’.

“Esta é uma exemplificação do problema teórico de como devia ser compreendida a dialética, problema apresentado na *Miséria da Filosofia*: nem Proudhon nem Mazzini compreenderam que cada membro da oposição dialética deve procurar ser integralmente ele mesmo e lançar na luta todos os seus ‘recursos’ políticos e morais, e que só assim se consegue uma superação real. Dir-se-á que não

compreenderam isso nem Gioberti nem os teóricos da revolução passiva e da ‘revolução restauração’, mas a questão se modifica: neles, a ‘incompreensão’ teórica era a expressão prática das necessidades da ‘tese’ de se desenvolver integralmente, até o ponto de conseguir incorporar uma parte da própria antítese, para não se deixar ‘superar’, isto é, na oposição dialética somente a tese desenvolve, na realidade, todas as suas possibilidades de luta, até capturar os supostos representantes da antítese: **exatamente nisso consiste a revolução passiva ou a revolução restauração.**” (Q15, §11; CC, v5, p. 318)

Gramsci destaca a dimensão mais radical da ‘tarefa’ da antítese. Mazzini falha, como já foi dito antes, pois: “Em cada caso, a ausência, entre as forças radicais populares, de uma consciência da missão da outra parte as impediu de ter plena consciência da própria missão e, portanto, de pensar no equilíbrio final das forças conforme seu efetivo poder de intervenção e, finalmente, de determinar um resultado mais avançado, num sentido de maior progresso e modernidade” (Q15, §15; CC, v5, p. 321).

(C15, §25 – mai. 1933) “*Maquiavel*. Sempre a propósito do conceito de revolução passiva ou de revolução-restauração no *Risorgimento* italiano, deve-se notar que é preciso formular com exatidão o problema que, em algumas tendências historiográficas, é chamado de relação entre condições objetivas e condições subjetivas do evento histórico.” (Q15, §25; CC, v5, p. 322)

“Parece evidente que jamais podem faltar as chamadas condições subjetivas quando existem as condições objetivas, dado que se trata de simples distinção de caráter didático: portanto, pode haver discussão sobre o grau e a intensidade das forças subjetivas, ou seja, sobre a relação dialética entre as forças subjetivas conflitantes. É

preciso evitar que a questão seja formulada em termos ‘intelectualistas’ e não histórico-políticos.” (Q15, §25; CC, v5, p. 322).

Depois de afirmar que as condições subjetivas sempre estão presentes quando existem as objetivas e colocar a questão de que cabe então ‘medir’ o grau de intensidade das subjetivas e como elas entram em conflito, Gramsci afirma também que é preciso, ao ‘mensurar’ a ‘potência’ das forças objetivas, atentar qual é o seu grau de difusão, se são a premissa de uma forte vontade e se se colocam à prova na realidade efetiva. G está se contrapondo, como ele mesmo afirma à formulação ‘intelectualista’ da questão – temos aqui um critério para ‘medir’ o alcance ‘real’ de determinada força subjetiva. Tornar-se paixão difundida e ser a premissa de uma forte vontade. “É fato pacífico que a ‘clareza’ intelectual dos termos da luta é indispensável, mas esta clareza é um valor político quando se torna paixão difundida e é a premissa de um forte vontade.” (Q15, §25; CC, v5, p. 323). - este desdobra o anterior

“Na verdade [as personalidades do *Risorgimento* que ‘viam claro’] jamais se puseram à prova na realidade efetiva, jamais se tornaram consciência popular-nacional difusa e atuante” (Q15, §25; CC, v5, p. 323). E o mais importante:

“Entre o Partido de Ação e o Partido Moderado, qual dos dois representou as ‘forças subjetivas’ efetivas do *Risorgimento*? Por certo, o Partido Moderado, e precisamente porque também teve consciência da missão do Partido de Ação: por causa desta consciência, sua ‘subjetividade’ era de uma qualidade superior e mais decisiva. Na expressão, ainda que grosseira, de Vítor Emanuel II: ‘temos no bolso o Partido de Ação’, há mais sentido histórico-político do que em todo o Mazzini” (Q15, §25; CC, v5, p. 323).

A consciência de sua missão, ou seja, do seu ‘lugar na luta’, por parte Partido Moderado o colocou em uma posição mais decisiva. Sua ‘subjetividade’ era “de uma

qualidade superior”. E quais são os ‘critérios’ que determinam o ‘alcance’ de determinada força subjetiva? G nos disse logo acima: tornar-se paixão difundida e ser a premissa de uma forte vontade.

(Q15, §62 – jun.-jul. 1933) “*Passado e presente. Primeiro epílogo.* O tema da ‘revolução passiva’ como interpretação da Era do *Risorgimento* e de qualquer época complexa de transformações históricas. Utilidade e perigos de tal tema. Perigo de derrotismo histórico, ou seja, de indiferentismo, **porque a formulação geral do problema pode fazer crer num fatalismo etc.**; mas a concepção permanece dialética, isto é, **pressupõe e até postula como necessária uma antítese vigorosa e que ponha intransigentemente em campo todas as possibilidades de explicitação.** Portanto, não **teoria** da ‘revolução passiva’ como programa, como foi nos liberais italianos do *Risorgimento*, mas como **critério de interpretação, na ausência de outros elementos ativos de modo dominante.** (Portanto, luta contra o morfinismo político que exala de Croce e de seu historicismo.) (Parece que a **teoria** da revolução passiva é um corolário crítico necessário do ‘Prefácio’ à *Contribuição da crítica da economia política.*)” (Q15, §62; CC, v5, p. 331-332).

Aqui temos uma das características (ou causas) das passividade das massas. A incapacidade de perceber sua própria missão e a missão do oponente. Um processo de revolução passiva, tal qual Gramsci o descreve se dá por meio da luta entre dois lados antagônicos. Entre as várias características dessa luta está o fato de que um dos antagonistas não foi capaz de se colocar radicalmente nela, por não ter noção da sua própria missão. Notar que Gramsci utiliza como exemplo não só o movimento de 1830, mas a própria Revolução Francesa. O próprio paradigma de revolução ‘ativa’ anunciamos como a derrota dos jacobinos e das massas populares radicais que não foram capazes de compreender sua própria missão. Reação que se dá, para ficar na fórmula usada tanto na crítica a Croce quanto na oposição Mazzini-Cavour, pela incapacidade da antítese em superar a tese (Croce é o ideólogo da ‘conservação a

priori da tese'). Mazzini é a antítese que não se coloca como tal em toda sua radicalidade e, por isso, não se coloca em condição de superar a tese, sendo, ao contrário, superado por ela. O Partido Moderado faz um trabalho orgânico de direção e dominação e com isso consegue atrair para si os supostos representantes da antítese. O Partido de Ação parece apostar em uma 'concentração revolucionária' sem que tenha feito uma preparação prévia para isso. Dado o exemplo de como a 'explosão' das massas foi com o passar do tempo capturada pelas forças tradicionais (mais organizadas, mais orgânicas, "com elaboração racional dos líderes") fica evidente a necessidade da organização das massas. Revolução passiva como reação permanente.

Sobre 'missão' e 'concentração revolucionária' temos, na **Sagrada Família**, a seguinte consideração de Marx: "O *interesse* da burguesia pela Revolução de 1789, bem longe de ser "*frustado*", acabou "*ganhando*" tudo e alcançou o "*mais ofensivo dos êxitos*", por mais que o "*páthos*" tenha se evaporado e por mais que as flores "*entusiásticas*", com as quais esse interesse engrinaldou seu berço, tenham murchado. Esse *interesse* era tão poderoso que se impôs vitoriosamente à pena de um Marat, à guilhotina dos terroristas, à espada de Napoleão, ao crucifixo e ao sangue azul dos Bourbons. A Revolução apenas se "frustrou" para a massa, **que não possuía na "ideia" política a ideia de seu interesse real**, cujo verdadeiro princípio vital não coincidia, portanto, com o princípio vital da Revolução e cujas condições reais de emancipação se diferenciam de maneira essencial das condições sob as quais a burguesia podia se emancipar e emancipar a sociedade. Portanto se a Revolução, que pode representar todas as grandes "ações" históricas, acaba frustrada, acaba frustradas porque a massa, em cujas condições de vida ela se deteve, essencialmente, era uma massa *exclusiva, limitada*, que não abarcava seu conjunto." (Sagrada Família, p. 99).

Capítulo 3 – Transformismo

Dentre os conceitos que compõem o arcabouço teórico gramsciano e estão articulados de forma íntima ao conceito de revolução passiva achamos relevante destacar o conceito de transformismo. O conceito de “transformismo”, como outros conceitos centrais do nosso autor, não foi um termo criado por Gramsci, mas tem seu significado enriquecido por ele.

Cabe destacar que o fenômeno do transformismo está presente tanto no *Risorgimento* como, de certa forma, também é um fenômeno contemporâneo a Gramsci. Tentaremos demonstrar como estes dois momentos de transformismo estão articulados com dois dos momentos paradigmáticos de revolução passiva, o *Risorgimento* e o Fascismo.

Este capítulo, o mais curto da dissertação, está estruturado em torno do comentário dos parágrafos nos quais Gramsci cita diretamente o transformismo. Os parágrafos estão organizados em ordem crescente, que vai do Caderno 2 ao Caderno 24. O conceito de transformismo já aparece em dois parágrafos do Caderno 1, os §§ 43 e 44, ambos de tipo A, não traduzidos para a edição brasileira, que serão retomados, respectivamente, nos parágrafos §24 e §26 do Caderno 19 (intitulado *Risorgimento* Italiano). Não abordaremos diretamente os parágrafos do Caderno 1, ao invés disso, focaremos nas suas versões C contidas no Caderno 19.

O conceito de transformismo é diretamente mencionado em quinze parágrafos dos cadernos, sendo dois deles de tipo A, 4 de tipo C e os restantes de tipo B. Nos parágrafos §13 do Caderno 10 e §2 do Caderno 24, ambos de tipo C, o conceito de

transformismo não consta nos respectivos textos A, aparecendo apenas na versão reelaborada. O §13 do Caderno 10 consiste na reelaboração dos parágrafos §223, §225 e §240 do Caderno 8, enquanto o §2 do Caderno 24 tem o §7 do Caderno 8 como seu texto de tipo A correspondente.

3.1 Transformismo

Escrito entre maio e junho de 1930, portanto, posterior aos dois parágrafos onde primeiro aparece o conceito de transformismo (parágrafos §43 e §44 do Caderno 1, escritos entre dezembro de 1929 e março de 1930) o parágrafo §29 do Caderno 2, de tipo B, volta ao tema ao analisar a figura de Quintino Sella. Descrito como “um dos poucos burgueses, tecnicamente industriais, que participam na primeira linha da formação do Estado moderno na Itália” (Q2, §29; CC, v5, p. 175), Gramsci narra como Sella teria se distanciado da chamada direita tradicional, aproximando-se de outras correntes mais progressistas. Gramsci acrescenta, entre parênteses, que “Sella participou do transformismo, que significava a tentativa de criar um forte partido burguês, fora das tradições personalistas e sectárias das formações do *Risorgimento*” (Q2, §29; CC, v5, p. 175)

Podemos notar que, neste parágrafo, Gramsci utiliza o conceito de transformismo para indicar um movimento no sentido de formar um partido burguês em oposição às correntes mais tradicionais do *Risorgimento*. Correntes formadas, nas palavras de Gramsci, por uma camarilha de burocratas, generais e proprietários de terra (Q2, §29; CC, v5, p. 175). Aqui e também em outros momentos, como veremos, o fenômeno do transformismo é marcado pela mudança de posicionamento político, por um realinhamento e, como veremos mais adiante, por uma mudança de partido político realizada por indivíduos ou por grupos mais amplos.

Os partidos políticos são o tema do próximo parágrafo que analisaremos. Trata-se do parágrafo §119 do Caderno 3, de tipo B, escrito entre agosto e setembro de 1930, e intitulado *Passado e presente. Agitação e propaganda*. Gramsci começa o

parágrafo com a seguinte afirmação: “A fraqueza dos partidos políticos italianos em todo o seu período de atividade, a partir do *Risorgimento* (com exceção parcial do partido nacionalista), consistiu no que se poderia chamar de desequilíbrio entre a agitação e a propaganda e que, em outros termos, se chama falta de princípios, oportunismo, falta de continuidade orgânica, desequilíbrio entre tática e estratégia, etc.” (Q3, §119; CC, v3, p. 203). E sobre tal fraqueza, Gramsci afirma:

“A causa principal deste modo de ser dos partidos deve ser buscada na deliquescência das classes econômicas, na gelatinosa estrutura econômica e social do país, mas esta explicação é um tanto fatalista: com efeito, embora seja verdade que os partidos são apenas a nomenclatura das classes, também é verdade que os partidos não são apenas uma expressão mecânica e passiva das próprias classes, mas reagem energicamente sobre elas para desenvolvê-las, consolidá-las, universalizá-las. Foi isto, exatamente, o que não aconteceu na Itália, e a manifestação dessa ‘omissão’ é, sem dúvida, este desequilíbrio entre agitação e propaganda ou como quer que se queira falar.” (Q3, §119; CC, v3, p. 203-204).

Segundo a linha argumentativa, chegamos a uma definição mais aprofundada, bem como uma caracterização do transformismo como fenômeno parlamentar. Tendo como pano de fundo o debate sobre os motivos que levaram à falta de organicidade dos partidos políticos no período decorrido após o *Risorgimento*, Gramsci segue desenvolvendo o argumento:

“O Estado-Governo tem uma certa responsabilidade nesse estado de coisas [...] o Governo, de fato, operou como um ‘partido’, colocou-se acima dos partidos não para harmonizar seus interesses e atividades no quadro permanente da vida e dos interesses estatais nacionais, mas para desagregá-los, para separá-los das grandes massas e ter “uma força de sem-partido ligada ao Governo por vínculos

paternalistas de tipo bonapartista-cesarista”: assim, é preciso analisar as chamadas *ditaduras* de Depretis, Crispi, Giolitti, bem como o fenômeno parlamentar do *transformismo*.” (Q3, §119; CC, v3, p. 204)

Nos interessa destacar, principalmente, o papel ativo do Governo e do Estado na tarefa de desagregação dos partidos e separação deles das grandes massas. O fenômeno do transformismo se encontra inserido neste quadro mais amplo de separação entre partido e massas. Outra característica importante a destacar é como que, neste parágrafo, Gramsci circunscreve ao parlamento o fenômeno do transformismo. Avançando mais um passo no argumento vemos que:

“Não pode haver elaboração de dirigentes onde falta a atividade teórica, doutrinária dos partidos, onde não são investigadas e estudadas sistematicamente as razões de ser e de desenvolvimento da classe representada. Logo, escassez de homens de Estado, de Governo, miséria da vida parlamentar, facilidade de desagregar os partidos, corrompendo e absorvendo seus poucos homens indispensáveis. Logo, miséria da vida cultural e estreiteza mesquinha da ala cultura: em lugar da história política, a erudição descarnada; em lugar da religião, a superstição; em lugar dos livros e das grandes revistas, o jornal e o panfleto.” (Q3, §119; CC, v3, p. 204)

A desagregação partidária se dá pelo movimento de absorção e corrupção dos quadros indispensáveis aos partidos. Gramsci retoma este tema no Caderno 15, como podemos ver a seguir:

“Daí a conclusão de que, na construção dos partidos, é preciso basear-se num caráter ‘monolítico’ e não em questões secundárias: portanto, atenta observação no sentido de que exista homogeneidade entre dirigentes e dirigidos, entre líderes e massa. Se, nos momentos

decisivos, os líderes passam para seu 'verdadeiro partido', as massas ficam incompletas, inertes e sem eficácia" (Q15, §6; CC, v3, p. 333)

Ainda no Caderno 3 e escrito na mesma época (entre agosto e setembro de 1930), encontramos outro parágrafo de tipo B a tratar do transformismo. Intitulado *A formação da classe intelectual italiana*, nele Gramsci afirma que: "Eficácia do movimento operário socialista na criação de importantes setores da classe dominante. A diferença entre o fenômeno italiano e o de outros países consiste, objetivamente, no seguinte: que, enquanto nos outros países o movimento operário e socialista elaborou personalidades políticas singulares que passaram para a outra classe, na Itália, ao contrário, elaborou grupos intelectuais inteiros, que realizaram essa passagem como grupos." (Q3, §137; CC, v2, p. 94-95). Como veremos, neste parágrafo, Gramsci desenvolve de forma mais elaborada a noção de transformismo. Gramsci vai além na descrição desta especificidade do caso italiano, onde o fenômeno do transformismo toma uma dimensão mais ampla do que em outros países. Vejamos:

"A causa do fenômeno italiano, ao que me parece, deve ser buscada na escassa aderência das classes altas ao povo: na luta das gerações, os jovens se aproximam do povo; nas crises de mudanças tais jovens retornam à sua classe (foi o que ocorreu com os sindicalistas-nacionalistas e com os fascistas). No fundo, trata-se do mesmo fenômeno geral do transformismo, em condições diversas." (Q3, §137; CC, v2, p. 95).

Importante destacar que novamente aparece, agora em outro formato, a questão da relação entre 'classes altas' e povo, intelectuais e povo, partidos e massas populares. Esta 'cisão', que impulsiona o fenômeno do transformismo na Itália e nos países que possuem uma condição semelhante, é um fator central nos movimentos de revolução passiva. Em países onde a relação 'classes altas' e povo é mais orgânica, o fenômeno do transformismo se restringe a alguma personalidade política.

Já onde a distância entre classes altas e povo é maior, como na Itália, possibilita-se a passagem de grupos intelectuais inteiros. Por fim, ainda no parágrafo §137 do Caderno 3, temos:

“O transformismo “clássico” foi o fenômeno pelo qual se unificaram os partidos do *Risorgimento*; esse transformismo traz à luz o contraste entre civilização, ideologia, etc., e a força de classe. A burguesia não consegue educar seus jovens (luta de geração): os jovens deixam-se atrair culturalmente pelos operários, e chegam mesmo a se tornar – ou buscam fazê-lo – seus líderes (desejo “inconsciente” de realizarem a hegemonia de sua própria classe sobre o povo), mas, nas crises históricas, retornam às origens. Este fenômeno de “grupos” não terá ocorrido, por certo, apenas na Itália: também nos países onde a situação é análoga, ocorrem fenômenos análogos: os socialismos nacionais dos países eslavos (ou social-revolucionários, ou *narodniki*, etc.).” (Q3, §137; CC, v2, p. 95)

Aqui vemos de forma mais elaborada as duas dimensões do transformismo, que aparece não mais apenas na sua forma parlamentar, mas, também, como fenômeno de grupos. O primeiro momento tem como exemplo o *Risorgimento*, enquanto o segundo, ao que parece, é contemporâneo a Gramsci. Também é importante destacar que é um momento de crise que impulsiona o fenômeno do transformismo de grupos.

Em seguida temos mais um parágrafo de tipo B e escrito em 1930. Inserido no Caderno 5 (Miscellanea) em um parágrafo sobre a Redação da “*Civiltà Cattolica*” podemos encontrar o seguinte trecho: “[artigos] sobre a ciência natural (questões do evolucionismo e do transformismo), do Padre Gaya” (Q5, §62; CC, v4 p. 200). Está claro que o termo transformismo aparece aqui estritamente em seu sentido biológico e que não há neste parágrafo a menor intenção de debater o fenômeno político do

transformismo. A menção aqui vale apenas para mostrar como o termo surgiu no campo da biologia.

O próximo parágrafo que analisaremos é o §5 do Caderno 8. De tipo B e escrito em janeiro de 1932, tem *Risorgimento* como título. O parágrafo consiste quase que inteiramente em uma citação de uma carta de Francesco de Sanctis, onde este menciona o fenômeno de transformação dos partidos do *Risorgimento*. Segue o trecho que consiste quase na totalidade do parágrafo mencionado:

“Sobre a história do Partido de Ação e do “transformismo” italiano em geral, é muito interessante uma carta de Francesco De Sanctis a Giuseppe Civinini (...). Entre outras coisas, escreve De Sanctis: ‘A transformação dos partidos, a constituição de um partido progressista em oposição a um partido conservador, é uma velha ideia minha, pela qual combato a três anos e é a bandeira de meu jornal’. ‘Para mim, Partido Moderado e Partido de Ação deixaram de existir desde a catástrofe de Aspromonte. A antiga Esquerda morreu no dia em que Mordini e Crispi não quiseram se demitir, como muitos de seus companheiros, em razão das coisas da Sicília. A partir daquele tempo, a Esquerda entrou numa via de transformação e se tornou uma oposição constitucional progressista” (Q8, §5; CC, v5, p. 278).

Também no Caderno 8 e de tipo B, encontramos menções ao transformismo no parágrafo §36, escrito em fevereiro de 1932. Aqui, a noção que estamos analisando aparece já no título do parágrafo “*Risorgimento. O transformismo.*” Logo nas primeiras linhas fica evidente a forte associação que Gramsci faz entre o fenômeno do transformismo e a revolução passiva. Segue o trecho:

O transformismo como uma das formas históricas daquilo que já foi observado sobre a ‘revolução-restauração’ ou ‘revolução passiva’, a propósito do processo de formação do Estado moderno na Itália. O

transformismo como ‘documento histórico real’ da real natureza dos partidos que se apresentavam como extremistas no período da ação militante (Partido de Ação).” (Q8, §36; CC, v5, p. 286)

A real natureza dos partidos ditos militantes, cabe lembrar, é sua identificação superficial com o povo, fruto de uma distância entre ‘classes altas’ e povo, identificação que é abandonada logo que algum momento de crise se apresente. Gramsci indica dois períodos nos quais esta ‘forma histórica’ se desenvolveu. O primeiro: “1) de 1860 até 1900, transformismo ‘molecular’, isto é, as personalidades políticas elaboradas pelos partidos democráticos de oposição se incorporaram individualmente à ‘classe política’ conservadora e moderada” (Q8, §36; CC, v5, p. 286). Logo após este trecho, Gramsci escreve, entre parênteses, que: “caracteriza pela hostilidade a toda intervenção das massas populares na vida estatal, a toda reforma orgânica que substituísse o rígido ‘domínio’ ditatorial por uma ‘hegemonia’.” (Q8, §36; CC, v5, p. 286).

Já o segundo período tinha as seguintes características:

“2) a partir de 1900, o transformismo de grupos radicais inteiros, que passam ao campo moderado (o primeiro episódio é a formação do Partido Nacionalista, com os grupos ex-sindicalistas e anarquistas, que culmina na guerra líbia, num primeiro momento, e no intervencionismo, num segundo).” (Q8, §36; CC, v5, p. 286)

Aqui vemos de forma mais desenvolvida o argumento iniciado no §137 do Caderno 3 sobre o transformismo como movimento de algumas personalidades e como movimentos de grupos sociais inteiros. Também aparece marcado de maneira mais clara quando se situa este segundo movimento. Sendo que a primeira forma histórica de transformismo estaria associada a um dos dois principais exemplos de revolução passiva, o *Risorgimento*; enquanto a segunda forma histórica está associada ao outro momento paradigmático de revolução passiva, o Fascismo.

Gramsci indica ainda um terceiro período: “Entre os dois períodos, deve-se situar o período intermediário – 1890-1900 –, no qual uma massa de intelectuais passa para os partidos de esquerda, chamados de socialistas, mas, na realidade, puramente democráticos” (Q8, §36; CC, v5, p. 286).

A associação entre transformismo e revolução passiva aparece de forma direta na curta nota “6” do §13 da parte I do Caderno 10 (A filosofia de Benedetto Croce). O parágrafo em questão é intitulado “Notas” e contém 8 delas. Além disso, é um parágrafo de tipo C, que consiste na retomada de alguns parágrafos contidos no Caderno 8. Em nenhum dos textos A utilizados há a menção ao transformismo. Segue a nota 6 citada na íntegra: “O transformismo como uma forma de revolução passiva no período de 1870 pra frente” (Q10 I, §13; CC, v1, p. 308). Além desta curta nota, o Caderno 10 contém mais dois parágrafos em que são feitas menções ao transformismo. Ambos são de tipo B e foram escritos em 1932. Em um deles, o §14, consta a seguinte afirmação:

“A posição relativa de Croce na hierarquia intelectual da classe dominante mudou depois da Concordata e do advento da fusão numa unidade moral dos dois troncos desta mesma classe. É necessária uma dupla obra de educação por parte dos responsáveis: educação do novo pessoal dirigente, que deve ser ‘transformado’ e assimilado; e educação da parte católica, que pelo menos deverá ser subordinada (em certas condições, também subordinar é educar).” (Q10, §14; CC, v1, p. 321)

Aqui consta o primeiro movimento de um parágrafo onde o tema do transformismo se entrelaça com a questão da educação da classe dirigente. Logo em seguida veremos que:

“A entrada em massa dos católicos na vida estatal após a Concordata (e, desta feita, eles entraram como e enquanto católicos, até com privilégios culturais) tornou muito mais difícil a obra de “transformismo” das novas forças de origem democrática.” (Q10, §14; CC, v1, p. 321)

Gramsci também afirma que:

“foi precisamente a Concordata – quando introduziu na vida estatal uma grande massa de católicos como tais, e como tais privilegiados – que colocou o problema da educação da classe dirigente não nos termos do ‘Estado ético’, mas nos termos da ‘sociedade civil’ educadora, isto é, de uma educação por iniciativa ‘privada’, que entra em concorrência com a católica, que ocupa agora, na sociedade civil, um lugar importante e em condições especiais.” (Q10, §14; CC, v1, p. 321)

Por fim, o último parágrafo do Caderno 10, que abordaremos neste capítulo, é o §22, intitulado *Pontos de referência para um ensaio sobre Croce*. O parágrafo trata do mesmo tema abordado no §14 do mesmo Caderno, a questão da educação das classes dirigentes. Gramsci inicia o parágrafo com uma pergunta: “Parece-me indubitável que Croce se proponha a educação das classes dirigentes. Mas como é efetivamente acolhida a sua obra educativa, a que “ligas” ideológicas dá lugar? (Q10, §22; CC, v1, p. 329).

“Pode-se supor que Croce, ao lado da parte polêmica, tenha uma parte reconstrutiva em seu pensamento? E que entre uma e outra possa existir um ‘salto’? Ao que me parece isso não se revela a partir de seus escritos. Mas creio que precisamente esta incerteza seja um dos motivos pelos quais muitos dos que pensam como Croce se mostram frios ou, pelo menos, preocupados. Croce dirá: que os práticos e os políticos pensem na parte reconstrutiva; e, em seu sistema de

distinções teóricas, a resposta é formalmente congruente. Mas só ‘formalmente’; e disto Gentile tira partido em suas agressões mais ou menos filosóficas, que me parecem tanto mais exasperadas quanto ele não pode e não quer colocar todo um problema (...), não pode e não quer falar claramente a Croce, fazê-lo ver aonde pode conduzir a sua posição de polêmica ideológica e de princípios. Porém, seria necessário observar se não é precisamente isto o que Croce se propõe, visando a obter uma atividade reformista pelo alto, que atenua as antíteses e as concilie em uma nova legalidade obtida ‘transformisticamente’.” (Q10, §22; CC, v1, p. 330-331).

Aqui a crítica a Croce, que analisamos mais detidamente no Capítulo 1, aparece associada ao fenômeno do transformismo. Aqui, elementos constitutivos da revolução passiva, “atividade reformista pelo alto” e atenuação e conciliação das antíteses são identificados com o transformismo. Esta identificação aparece de maneira ainda mais desenvolvida no §11 do Caderno 15, como podemos ler no seguinte trecho:

“Pode-se aplicar ao conceito de revolução passiva (e pode-se documentar no *Risorgimento* italiano) o critério interpretativo das modificações moleculares, que, na realidade, modificam progressivamente a composição anterior das forças e, portanto, transformam-se em matriz de novas modificações. Assim, no *Risorgimento* italiano, viu-se que a passagem para o cavourismo, depois de 1848, de sempre novos elementos do Partido de Ação modificou progressivamente a composição das forças moderadas, liquidando o neoguelfismo, por um lado, e, por outro, empobrecendo o movimento (pertencem a este processo até mesmo as oscilações de Garibaldi etc.) Este elemento, portanto, é a fase original daquele fenômeno que se chamou mais tarde de “transformismo”, cuja

importância não foi até agora, ao que parece, devidamente esclarecida como forma de desenvolvimento histórico. (Q15 §11; CC, v5, p.317)

Trata-se de um texto de tipo B escrito em 1933 e intitulado *Maquiavel* e do qual nos interessa destacar as mudanças moleculares que ocorrem durante um processo de revolução passiva. Este parágrafo é importante não só por aprofundar a noção de transformismo e associá-la ao conceito de revolução passiva, mas também por trazer uma das definições mais completas e bem-acabadas que se tem em relação ao conceito de revolução passiva. Este mesmo parágrafo foi abordado no Capítulo 2, em relação à disputa entre Partido Moderado e Partido de Ação e voltará a ser abordado no capítulo seguinte, quando tratarmos dos conceitos de “guerra de posição” e “guerra de movimento”.

O Caderno 19 (*Risorgimento* italiano) contém dois parágrafos que analisaremos aqui por abordarem o tema do transformismo, ambos escritos em 1935. Começamos pelo §24, de tipo C (que tem como correspondente o parágrafo §44 do Caderno 1). Trata-se de um dos mais longos parágrafos de todos os Cadernos e que tem como título “*O problema da direção política na formação e no desenvolvimento da nação e do Estado moderno na Itália*”. Como já indicamos no capítulo anterior, este é o último parágrafo onde o termo revolução passiva é mencionado. Por se tratar de um parágrafo pelo qual já passamos no capítulo anterior, focaremos apenas em dois trechos. O primeiro aborda diretamente o conceito de transformismo e o segundo o conceito de revolução passiva. Vamos a eles:

“a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como “domínio” e como “direção intelectual de moral”. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a “liquidar” ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a

própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante mas deve continuar a ser também “dirigente”. Os moderados continuaram a dirigir o Partido de Ação mesmo depois de 1870 e 1876, e o chamado “transformismo” foi somente a expressão parlamentar desta ação hegemônica intelectual, moral e política. Aliás, pode-se dizer que toda a vida estatal italiana, a partir de 1848, é caracterizada pelo transformismo, ou seja, pela elaboração de uma classe dirigente cada vez mais ampla, nos quadros fixados pelos moderados depois de 1848 e o colapso das utopias neoguelfas e federalistas, com a absorção gradual mas contínua, e obtida com métodos de variada eficácia, dos elementos ativos surgidos dos grupos aliados e mesmo dos adversários e que pareciam irreconciliavelmente inimigos.” (Q19, §24; CC, v5, p. 63)

Aqui o conceito aparece entre aspas para indicar a dimensão parlamentar do transformismo, tal como no parágrafo §119 do Caderno 3. E aparece sem aspas para indicar um movimento duradouro e central na organização da vida estatal italiana pós 1848. Complementando este primeiro recorte, temos a seguinte afirmação: “Neste sentido, a direção política se tornou um aspecto da função de domínio, uma vez que a absorção das elites dos grupos inimigos leva à decapitação destes e a sua aniquilação por um período frequentemente muito longo.” (Q19, §24; CC, v5, p. 63). O segundo trecho que nos interessa destacar neste parágrafo é o seguinte:

“A partir da política dos moderados, torna-se claro que pode e deve haver uma atividade hegemônica mesmo antes da ida ao poder e que não se deve contar apenas com a força material que o poder confere para exercer uma direção eficaz: de fato, a brilhante solução deste problema tornou possível o *Risorgimento* nas formas e nos limites em que ele se realizou, sem “Terror”, como “revolução sem revolução”, ou seja, como “revolução passiva” (Q19, §24; CC, v5, p. 63)

Em outro longo parágrafo de tipo C (cujo parágrafo A correspondente é o §43 do Caderno 1), Gramsci volta novamente a mencionar o “transformismo”, com aspas, para se referir à expressão parlamentar da incorporação do Partido de Ação pelo Partido Moderado.

“No desenvolvimento do *Risorgimento*, o chamado Partido de Ação tinha uma atitude “paternalista” e, por isto, não conseguiu, a não ser em medida muito limitada, pôr as grandes massas populares em contato com o Estado. O chamado “transformismo” é tão somente a expressão parlamentar do fato de que o Partido de Ação é incorporado molecularmente pelos moderados e as massas populares são decapitadas, não absorvidas no âmbito do novo Estado.” (Q19, §26; CC, v5, p. 93)

Apesar da semelhança com o parágrafo §24, que também indica que o “transformismo” (grafado entre aspas por Gramsci) “foi somente a expressão parlamentar (...)”, o parágrafo §26 explicita um elemento central: a decapitação das massas populares.

O termo transformismo ainda aparece em mais um parágrafo dos Cadernos. Contido no Caderno 24 (Giornalismo) e escrito em 1934 e, portanto, cronologicamente anterior aos dois parágrafos do Caderno 19 que abordamos acima. Eis o trecho em que o conceito aparece, de forma muito breve e inserido em um debate que não dialoga diretamente como os parágrafos que abordamos aqui:

“o *Secolo* [jornal laico de Milão], ademais, foi o primeiro jornal italiano “moderno”, com matérias do exterior, com abundância de informações e de noticiário europeu, etc.; um período posterior no qual através do transformismo, as forças de direita se “nacionalizaram” em sentido

popular e o *Corriere* substituiu o *Secolo* na ampla difusão” (Q24, §2; CC, v2, p. 200)

Bibliografia

BARATTA, G. *Le Rose e i Quaderni – saggio sul pensiero di Antonio Gramsci*. Ed. Gamberetti, Roma, 2000.

_____. *Antonio Gramsci entre a Itália e o Brasil*, In: Coutinho (Org.) *Ler Gramsci, entender a realidade*, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003.

_____. *Americanismo e fordismo*, In: Frosini / Liguori (Org's) *Le parole di Gramsci – per un lessico dei Quaderni del carcere*, Ed. Carocci / International Gramsci Society – Italia, Roma, 2007.

BIANCHI, A. *Croce, Gramsci e a “autonomia da política”*, Revista de Sociologia e Política, nº 29, Curitiba, Novembro, 2007.

_____. *O laboratório de Gramsci*, Alameda, São Paulo, 2008.

_____. *Revolução Passiva: o pretérito do futuro*, in *Crítica Marxista*, nº 23, 2006.

BOBBIO, N. *Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil*, Ed. Paz e Terra, São Paulo, 2002.

BUEY, F. F. *Gramsci no mundo de hoje*, In: Coutinho (Org.) *Ler Gramsci, entender a realidade*, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003.

BUCI-GLUCKSMANN, C. *Gramsci e o Estado*, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1990.

BURGIO, A. *Gramsci storico – una lettura dei Quaderni del carcere*, Ed. Laterza, Roma, 2002.

COUTINHO, C. N. *O conceito de política nos Cadernos do cárcere*, In: Coutinho (Org.) *Ler Gramsci, entender a realidade*, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003.

_____. *Gramsci – um estudo sobre seu pensamento político*, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003b.

_____. *Socialismo e democracia: a atualidade de Gramsci*, In: Aggio (Org.) *Gramsci – a vitalidade de um pensamento*, Ed. Unesp, São Paulo, 1998.
FIORI, G. *A vida de Antonio Gramsci*, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978.

FRANCIONI, G. *L'Officina gramsciana – Ipotesi sulla struttura dei "Quaderni del carcere"*, Ed. Bibliopolis, Nápoles, 1984.

FROSINI, F. *Gramsci e la filosofia – saggio sui Quaderni del carcere*, Ed. Carocci. Roma, 2003.

_____. *Da Gramsci a Marx*, Derive Approdi, Roma, 2009.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1999, 6Vs.

_____. *Cartas do cárcere*, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2005, 2Vs.

_____. *Escritos políticos*, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2004, 2Vs.

_____. *Lettere dal carcere / A cura di Sergio Caprioglio e Elsa Fubini. Nuova edizione riveduta e integrata su gli autografi, con cento documenti e lettere inedite*, Torino: Einaudi, 1965.

_____. *Quaderni del carcere*, Ed Einaudi, Edizione critica dell'Istituto Gramsci – A cura di Valentino Gerratana, Torino, 2001, 4Vs.

KANOUSI, D. *Maquiavel nos Cadernos do cárcere*, In: Coutinho (Org.) *Ler Gramsci, entender a realidade*, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003.

_____. *Una introducción a los Cuadernos de la Cárcel de Antonio Gramsci*, Ed. Plaza y Valdes / International Gramsci Society, México, 2000.

KEBIR, S. *"Revolução-restauração" e "revolução passiva": conceitos de história universal*, In: Coutinho (Org.) *Ler Gramsci, entender a realidade*, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003.

LACLAU, Ernesto. *A Razão Populista*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. LACLAU, Ernesto. *Emancipação e diferença*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

LACLAU, Ernesto. *New reflections on the revolution of our time*. Londres: Verso, 1990.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics*. Londres: Verso, 1985.

LACLAU, Ernesto. *Política e ideologia na teoria marxista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LENIN, V. I. *O Estado e a Revolução*. Expressão Popular, São Paulo, 2010.

LIGUORI, G., VOZA, P. *Dizionario gramsciano 1926-1937*, Carocci, Roma, 2009.

LIGUORI, G. *Estado e sociedade civil: entender Gramsci para entender a realidade*, In: Coutinho (Org.) *Ler Gramsci, entender a realidade*, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003.

_____. *Roteiros para Gramsci*, Ed. Ufrj, Rio de Janeiro, 2007.

LOSURDO, D. *Conflito social, questão nacional e internacionalismo em Gramsci: uma releitura de seu pensamento*. Revista Serviço Social & Movimento Social – Numero 1- Outubro de 1999.

MAESTRI, M. & CANDREVA, L. *Antonio Gramsci – vida e obra de um comunista revolucionário*, Ed. Expressão Popular, São Paulo, 2007.

MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. PenguinClassics / Companhia das Letras, São Paulo, 2010.

MARTINS, M. F. *Marx, Gramsci e o conhecimento: ruptura ou continuidade?*, Ed. Autores Associados: Unisal, Campinas/SP, 2008.

MARX, K. *A Guerra Civil na França*. [tra. Rubens ENDERLE]. Boitempo, São Paulo, 2011.

_____. *Contribuição à crítica da economia política*. [tra. Florestan FERNANDES]. Expressão Popular, São Paulo, 2008.

_____. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. [tra. anot. Nélío SCHNEIDER, prólogo Herbert MARCUSE]. Boitempo, São Paulo, 2011.

MEDICI, R. *O conceito gramsciano de “nação hegemônica”*, In: Coutinho (Org.) *Ler Gramsci, entender a realidade*, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003.

MONAL, I. *Gramsci, a sociedade civil e os grupos subalternos*, In: Coutinho (Org.) *Ler Gramsci, entender a realidade*, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003.

NOGUEIRA, M. A. *As três idéias de sociedade civil, o Estado e a politização*, In: Coutinho (Org.) *Ler Gramsci, entender a realidade*, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003.

PIJL, K. van der. *O socialismo soviético e a revolução passiva*, In: Gill (Org.) *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*, Ed. Ufrj, Rio de Janeiro, 2007.

SCHLESENER, A. H. *Revolução e cultura em Gramsci*, Ed. Ufpr, Curitiba, 2002.

SECCO, L. *Gramsci e a revolução*, Ed. Alameda, São Paulo, 2006.

_____. *Gramsci e o Brasil*. Ed. Cortez, São Paulo, 2002.

THOMAS, P. D. *Modernity as “passive revolution” : Gramsci and the fundamental concepts of Historical Materialism*, *Journal of the Canadian Historical Association*, vol. 17, nº 2, 2006.

_____. *The Gramscian moment : philosophy, hegemony, and Marxism*, Ed. Brill, Boston, 2009.

VACCA, G. *Prólogo*, In: Kanoussi, *Una introducción a los Cuadernos de la cárcel de Antonio Gramsci*, Ed. Plaza y Valdes / International Gramsci Society, México, 2000.

_____. *Vida e pensamento de Antonio Gramsci : 1926 – 1937*, Contraponto, Rio de Janeiro, 2013.

Anexo 1 – Tabela 1 – Revolução passiva

Parágrafos onde o conceito de revolução passiva é citado diretamente.

Revolução passiva		
Caderno	Parágrafo	Data
1	§44	Entre fevereiro e março 1930
1	§150	Maio de 1930
4	§57	Nov. 1930
8	§25	Entre janeiro e fevereiro de 1932
8	§36	Fev. 1932
8	§39	Fev. 1932
8	§51	Fev. 1932
8	§236	Abril. 1932
8	§240	Maio. 1932
9	§97	Entre maio e junho 1932
10	Parte I - Sumário	De metade de Abril a metade de maio de 1932
10	§6	De metade de Abril a metade de maio de 1932
10	§9	De metade de Abril a metade de maio de 1932
10	§13	Segunda metade de Maio de 1932
10	§41 - XIV	Entre agosto e dez. 1932
10	§61	Entre fev. e maio de 1933
15	§11	Entre março e abril de 1933
15	§15	Entre abril e maio de 1933
15	§17	Entre abril e maio de 1933
15	§25	Maio de 1933
15	§36	Maio de 1933
15	§56	Junho de 1933
15	§59	Entre junho e julho de 1933
15	§62	Entre junho e julho de 1933
16	§16	Entre fev. e o fim de 1934
19	§24	Entre fev. de 1934 e fev. de 1935
22	§1	1934

Anexo 2 – Tabela 2 – Guerra de movimento e guerra de posição

Parágrafos onde os termos “guerra de movimento” e “guerra de posição” são citados.

Guerra de movimento - guerra de posição		
Caderno	Parágrafo	Data
1	133	Entre fev e março de 1930
1	134	Entre fev e março de 1930
6	138	Agosto de 1931
6	155	Outubro de 1931
7	10	Novembro de 1930
7	16	Dezembro de 1930
8	52	Fev de 1932
8	236	Abril. 1932
9	137	Nov. 1932
10	9	De metade de Abril a metade de maio de 1932
10	II, §12	Mai. de 1932
13	7	Entre maio de 1933 e início de 1934
13	24	Entre maio de 1933 e início de 1934
13	28	Entre maio de 1933 e início de 1934
15	11	Entre março e abril de 1933
15	15	Entre março e abril de 1933
17	28	Setembro de 1933 e janeiro de 1934
19	28	1935

Anexo 3 – Tabela 3 – Transformismo

Parágrafos onde o termo “transformismo” é citado.

Transformismo		
Caderno	Parágrafo	Data
1	§43	Entre dezembro de 1929 e fevereiro de 1930
1	§44	Entre fevereiro e março 1930
2	§29	entre maio e junho de 1930
3	§137	ente agosto e setembro de 1930
3	§119	ente agosto e setembro de 1930
5	§62	entre outubro e novembro 1930
8	§5	janeiro de 1932
8	§36	fevereiro de 1932
10	§13	Segunda metade de Maio de 1932
10	§14	Segunda metade de Maio de 1932
10	§22	Junho de 1932
15	§11	Entre março e abril de 1933
19	§24	entre fevereiro de 1934 e fevereiro de 1935
19	§26	entre fevereiro de 1934 e fevereiro de 1935
24	§2	1934

Anexo 4 – Parágrafos não traduzidos

Revolução Passiva

(Q8, p. 957) § (25). *Risorgimento*. Cercare cosa significa e come è giustificata nel Quinet la formula dell'equivalenza di rivoluzione-restaurazione nella storia italiana. Secondo Daniele Mattalia (*Gioberti in Carducci* nella «Nuova Italia» del 20 novembre 1931) la formula del Quinet sarebbe stata adottata dal Carducci attraverso il concetto giobertiano della classicità nazionale (*Rinnovamento*, III, 88; *Primato*, III, 1, 5, 6, 7...; il *Rinnovamento* nell'edizione Laterza, il *Primato* nell'edizione Utet). Questo concetto del Quinet può essere avvicinato a quello di «rivoluzione passiva» del Cuoco? Sia la «rivoluzione-restaurazione» del Quinet che la «rivoluzione passiva» del Cuoco esprimerebbero il fatto storico dell'assenza di iniziativa popolare nello svolgimento della storia italiana, e il fatto che il «progresso» si verificherebbe come reazione delle classi dominanti al sovversivismo sporadico e disorganico delle masse popolari con «restaurazioni» che accolgono una qualche parte delle esigenze popolari, quindi «restaurazioni progressive» o «rivoluzioni-restaurazioni» o anche «rivoluzioni passive». Trasportando questo spunto nella rubrica «Passato e presente» si potrebbe dire che si tratta di «rivoluzioni dell'uomo del Guicciardini» e che il Cavour «diplomattizzò» appunto la rivoluzione dell'uomo del Guicciardini. Cfr *Quaderno 10* (XXXIII), p. 28a.

(Q8 p. 966) § (39). *Lo «storicismo» di Croce*. Lo storicismo di Croce è da mettere in rapporto con ciò che è stato osservato in note precedenti sui concetti di «rivoluzione passiva», di «rivoluzionerestaurazione », di «conservazione-innovazione» e sul concetto giobertiano di «classicismo nazionale». È questo dello «storicismo» uno dei punti e dei motivi permanenti di tutta l'attività intellettuale e filosofica del Croce e una delle ragioni della fortuna e dell'influsso esercitato dalla sua attività da trent'anni in qua. Il Croce si inserisce nella tradizione culturale del nuovo Stato italiano e riporta la cultura nazionale alle origini, ma vivificandola [e arricchendola] con tutta la cultura

europea e depurandola da tutte le scorie magniloquenti e bizzarre del Risorgimento. Stabilire con esattezza il significato storico e politico dello storicismo crociano significa appunto ridurlo alla sua reale portata, spogliandolo della grandezza brillante che gli viene attribuita come di manifestazione di una scienza obbiettiva, di un pensiero sereno e imparziale che si colloca al di sopra di tutte le miserie e le contingenze della lotta quotidiana, di una contemplazione disinteressata dell'eterno divenire della storia umana.

Cfr *Quaderno 10* (XXXIII), pp. 29 - 29a.

(Q8 p. 1088) § (236). *Punti per un saggio su Croce.* 10) Posto che la *Storia d'Europa* è come un paradigma per la cultura mondiale di storia etico-politica, la critica del libro necessaria. Si può osservare che la «gherminella» fondamentale del Croce consiste in ciò: nell'iniziare la sua storia dopo la caduta di Napoleone. Ma esiste «secolo XIX» senza la Rivoluzione francese e le guerre napoleoniche? Gli avvenimenti trattati dal Croce possono essere concepiti organicamente senza questi precedenti? Il libro del Croce è un trattato di rivoluzioni passive, per dirla con l'espressione del Cuoco, che non possono giustificarsi e comprendersi senza la rivoluzione francese, che è stata un evento europeo e mondiale e non solo francese. (Può avere questa trattazione un riferimento attuale? Un nuovo «liberalismo», nelle condizioni moderne, non sarebbe poi precisamente il «fascismo»? Non sarebbe il fascismo precisamente la forma di «rivoluzione passiva» propria del secolo XX come il liberalismo lo è stato del secolo XIX? All'argomento ho accennato in altra nota, e tutto l'argomento è da approfondire). (Si potrebbe così concepire: la rivoluzione passiva si verificherebbe nel fatto di rasformare la struttura economica «riformisticamente» da individualistica a economia secondo un piano (economia diretta) e l'avvento di una «economia media» tra quella individualistica pura e quella secondo un piano in senso integrale, permetterebbe il passaggio a forme politiche e culturali più progredite senza cataclismi radicali e distruttivi in forma sterminatrice. Il «corporativismo» potrebbe essere o diventare,

sviluppendosi, questa forma economica media di carattere «passivo»). Questa concezione potrebbe essere avvicinata a quella che in politica si può chiamare «guerra di posizione» in opposizione alla guerra di movimento. Così nel ciclo storico precedente la Rivoluzione francese sarebbe stata [78 bis] «guerra di movimento» e l'epoca liberale del secolo XIX una lunga guerra di posizione.

Cfr *Quaderno 10* (XXXIII), pp. 46a - 47a.

(Q8, p. 1091)§ (240). *Punti per un saggio su Croce. Storia etico-politica o storia speculativa?* Si può sostenere che la storia in atto del [79 bis] Croce non è neanche etico-politica, ma storia speculativa, un ritorno, sia pure in forme letterarie rese più accorte e meno ingenuie dallo sviluppo dell'attività critica, a forme già verificatesi nel passato e cadute in discredito come vuote e retoriche. La storia etico-politica non può prescindere neanche essa dalla concezione di un «blocco storico», in cui l'organismo è individualizzato e reso concreto dalla forma etico-politica, ma non può essere concepito senza il suo contenuto «materiale» o pratico. Bisogna dimostrare che contenuto e forma sono identici, ma bisogna dimostrarlo ogni volta in atto, individualmente, altrimenti si fanno dei filosofemi e non si fa storia. Nella scienza naturale ciò equivarrebbe a ritornare ad un periodo in cui le classificazioni avvenivano per il colore della pelle o del piumaggio o del pelo, e non sull'anatomia. La storia non è scienza naturale, e il suo fine non è di classificare; quindi il riferimento alle scienze naturali e alla necessità di una «anatomia» della società, non era che una metafora e un impulso ad approfondire le ricerche metodologiche e filosofiche. Nella storia umana [in atto], il «colore della pelle» non è un accidente, perché non si tratta di classificare o di polemizzare ma di ricostruire e si sa che in ogni individuo il colore della pelle è «blocco» con la struttura anatomica e con tutte le funzioni fisiologiche; non si può pensare un individuo «scuociato» come il vero individuo; vero vorrebbe dir morto, elemento non più attivo e operante ma oggetto da tavolo anatomico. Ma l'estremo opposto è altrettanto erroneo e astratto e antistorico. Si vede nella *Storia d'Europa* nel fatto che il periodo scelto è monco, è il periodo delle rivoluzioni passive, per dirla col

Cuoco, il periodo della ricerca delle forme [superiori], della lotta per le forme, perché il contenuto si è già affermato con le rivoluzioni inglesi, con quelle francesi, con le guerre napoleoniche. [Cfr p. 36]. Altro punto: il concetto di «libertà» identico a storia e a processo dialettico, e quindi presente sempre in ogni storia e il concetto di libertà come ideologia o religione (o fanatismo, secondo i clericali per es.): confusione pericolosa, secondo la filosofia del Croce, tra filosofia e ideologia, per cui anche la filosofia diventa «strumento di politica», (cioè «errore» d'origine pratica o illusione secondo il materialismo storico, cioè formazione d'origine immediata e immediatamente transeunte). (Uno scultore, Rodin, dice – secondo M. Barrès, in *Mes Cahiers*, IV serie –: «Si nous n'étions pas prévenus contre le squelette, nous verrions comme il est beau»). Cfr *Quaderno 10* (XXXIII), p. 50a.

(Q9. P. 1160) § (97). *Marx-Engels e l'Italia*. Una raccolta sistematica di tutti gli scritti (anche dell'epistolario) che riguardano l'Italia e considerano problemi italiani. Ma una raccolta che si limitasse a questa scelta non sarebbe organica e compiuta. Esistono scritti di Marx ed Engels che pure non riguardando specificatamente l'Italia, hanno importanza per l'Italia, importanza non generica, s'intende, perché altrimenti tutte le opere dei due scrittori riguardano l'Italia. Il piano dell'opera potrebbe essere costruito secondo questi criteri: 1) scritti che riguardano specificatamente l'Italia; 2) scritti che riguardano argomenti «specifici» di critica storica e politica, che pur non riguardando l'Italia, hanno attinenza coll'Italia. Esempi: l'articolo sulla costituzione spagnola del 1812 ha attinenza con l'Italia, per la funzione politica che tale costituzione ha avuto nei movimenti italiani fino al 48. Così ha attinenze |74| con l'Italia la critica della *Miseria della filosofia* contro la falsificazione della dialettica hegeliana fatta da Proudhon, che corrisponde a corrispondenti movimenti intellettuali italiani (Gioberti, l'hegelismo dei moderati, rivoluzione passiva, dialettica di rivoluzione, restaurazione). Così lo scritto di Engels sui movimenti libertari spagnoli del 1873 (dopo l'abdicazione di Amedeo di Savoia) ha attinenza con l'Italia ecc. Forse di questa seconda serie di scritti non bisogna fare l'antologia, ma è sufficiente uno studio analitico- critico. Ma il piano più

organico sarebbe quello di tre volumi: introduzione storico-critica generale; scritti sull'Italia; scritti attinenti indirettamente l'Italia. Cfr *Quaderno 16* (XXII), pp. 26 bis - 27.

Revolução-restauração

(Q8, p, 1082) § (225). *Punti per un saggio su B. Croce.* 1) Quali sono gli interessi intellettuali e morali (e quindi sociali) che predominano oggi nell'attività culturale del Croce? Per comprenderli occorre ricordare l'atteggiamento del Croce verso la guerra mondiale. Egli lottò contro l'impostazione popolare (e la conseguente propaganda) che faceva della guerra una guerra di civiltà e quindi a carattere religioso. Dopo la guerra viene la pace e la pace può costringere ad aggruppamenti ben diversi da quelli della guerra; ma come sarebbe possibile una collaborazione tra popoli dopo lo scatenamento dei fanatismi «religiosi» della guerra? Il Croce vede nel momento della pace quello della guerra, e nel momento della guerra quello della pace, e lotta perché la [possibilità di] mediazione tra i due momenti non sia mai distrutta. Nessun criterio immediato di politica può essere innalzato a principio universale. 2) Croce come leader delle tendenze revisionistiche: nel primo momento (fine dell'800, ispiratore del Bernstein e del Sorel); e in questo secondo momento, non più di revisione ma di liquidazione (storia etico-politica contrapposta a storia economico-giuridica). 3) [(cfr n. 7)] Perché Croce è «popolare» e come e per quali vie si diffonde non il suo pensiero centrale, ma determinate sue soluzioni di problemi particolari. Stile di Croce – paragone errato con Manzoni – la prosa di Croce deve essere riattaccata alla prosa scientifica del Galilei – atteggiamento goethiano nel dopoguerra, cioè mentre tanta gente perde la testa, il Croce è imperturbabile nella sua serenità e nella sua credenza che metafisicamente il male non può prevalere e che la storia è razionalità. Perciò Croce popolare tra gli anglosassoni che hanno sempre preferito una concezione del mondo non a grandi sistemi, come i tedeschi, ma che si presenti come espressione del senso comune, come soluzione di problemi morali e pratici. Il Croce fa circolare il suo pensiero idealistico in tutti i suoi scritti minori, ma ognuno di essi si presenta come

a se stante, e sembra accettabile anche se non si accetta il sistema. Ecco perché molte teorie di Croce sono penetrate tra i cattolici [74 bis] da una parte (Olgiati, Chiocchetti) e tra i positivisti dall'altra. Una delle ragioni della fortuna di Croce, legata alla sua serenità, è che egli non ha fatto concessioni al misticismo e alla religione (sebbene come ministro abbia riconosciuto necessaria l'introduzione della religione nella scuola elementare). Tuttavia i cattolici sono oggi i suoi maggiori avversari, appunto perché capiscono che l'importanza del Croce non è del tipo dei vecchi filosofi, ma di un riformatore religioso che mantiene il distacco tra gli intellettuali e la religione. Articoli della «Nuova Antologia» dovuti a due cattolici militanti, Papini e Ferrabino.

4) Tradizione italiana dei moderati. Teoria della rivoluzione-restaurazione, una dialettica addomesticata, perché presuppone «meccanicamente» che l'antitesi debba essere conservata dalla tesi per non distruggere il processo dialettico, che pertanto viene «preveduto» come ripetentesi meccanicamente all'infinito. Invece nella storia reale l'antitesi tende a distruggere la tesi: il risultato è un superamento, ma senza che si possa a priori «misurare» i colpi come in un «ring» di lotta convenzionalmente regolamentata. Quanto più l'antitesi sviluppa se stessa implacabilmente, tanto più la tesi svilupperà se stessa, cioè dimostrerà tutte le sue possibilità di vita (la posizione del Croce è come quella di Proudhon criticata nella *Miseria della filosofia*: hegelismo addomesticato). [(continua al 6)].

5) *Papini* – gli ordini religiosi – Croce ha ragione poiché dopo il Concilio di Trento e i Gesuiti nessun grande ordine religioso: il giansenismo e il modernismo non hanno prodotto ordini o rinnovato i vecchi. Futilità e arguzie inette di Papini, vecchio avversario di Croce (immagine dell'asinello e del somaro): in Papini giovane la polemica pareva promettere un «nobile destriero» ma è diventata «somaro». Ipocrisia repugnante: fa ricordare i versi di *Strapaese* agli italiani. 6) Continua il 4. Questa concezione fa porre il problema se per il Croce non sia necessaria e giustificata anche la posizione che egli combatte e quindi di quali siano i limiti [e i caratteri] della sua lotta. La posizione del Croce è concepita come la posizione propria degli intellettuali. Nel caso della guerra, non è certo che il Croce non ritenesse necessaria «politicamente»,

cioè immediatamente, quella tal forma di propaganda per avere dal popolo il massimo rendimento militare: egli però non vorrebbe che gli [75] intellettuali cadano nell'errore di pensare come «eterno» ciò che è solo contingente: e si tratta, forse, in fondo di una nuova forma di interpretare l'affermazione che la religione è uno strumento di politica, ed è buona per il popolo. 7) continua il 3. Una ragione della diffusione di determinate opinioni crociane è data dal presentarsi l'attività del Croce come una attività [critica] che comincia col distruggere una serie di pregiudizi tradizionali, col dichiarare «falsi» una serie di problemi ecc., quindi come «integratrice» del buon senso. Cfr *Quaderno 10*

(XXXIII), pp. 41-45. (essa paginação pega do sumário ao §7 do C10)

O Sumário possui 12 tópicos.

(Q9, p. 1194)§ (133). *Machiavelli. Il cesarismo.* Cesare, Napoleone I, Napoleone III, Cromwell, ecc. Fare un catalogo degli eventi storici che hanno culminato in una grande personalità «eroica». Si può dire che il cesarismo o bonapartismo esprime una situazione in cui le forze in lotta si equilibrano in modo catastrofico, cioè si equilibrano in modo che la continuazione della lotta [95 bis] non può concludersi che con la distruzione reciproca. Quando la forza progressiva A lotta con la forza regressiva B, può avvenire non solo che A vinca B o B vinca A, può avvenire anche che non vinca né A né B ma si svenino reciprocamente e una terza forza C intervenga dall'esterno assoggettando ciò che resta di A e di B. Nell'Italia dopo la morte di Lorenzo il Magnifico è appunto successo questo, come era successo nel mondo antico con le invasioni barbariche. Ma il cesarismo, se esprime sempre la soluzione «arbitrale», affidata a una grande personalità, di una situazione storico-politica di un equilibrio delle forze a tendenza catastrofica, non ha sempre lo stesso significato storico. Ci può essere un cesarismo progressivo e un cesarismo regressivo, e il significato esatto di ogni forma di cesarismo, in ultima analisi, può essere ricostruito dalla storia concreta e non da uno schema sociologico. È progressivo il cesarismo quando il suo intervento aiuta la forza

progressiva a trionfare sia pure con certi compromessi limitativi della vittoria; è regressivo quando il suo intervento aiuta a trionfare la forza regressiva, anche in questo caso con certi compromessi e limitazioni, che però hanno un valore, una portata e un significato diversi che non nel caso precedente. Cesare e Napoleone I sono esempi di cesarismo progressivo. Napoleone III (e anche Bismarck) di cesarismo regressivo. Si tratta di vedere se nella dialettica «rivoluzione-restaurazione» è l'elemento rivoluzione o quello restaurazione che prevale, poiché è certo che nel movimento storico non si torna mai indietro e non esistono restaurazioni «in toto». Del resto, il fenomeno «cesarista» è una formula più polemico-ideologica che non storico-politica. Si può avere «soluzione cesarista» anche senza un cesare, senza una grande personalità «eroica» e rappresentativa. Il sistema parlamentare ha dato il meccanismo per tali soluzioni di compromesso, i governi «laburisti» di Mac Donald erano soluzioni di tale specie in un certo grado; il grado di cesarismo si intensificò quando si ebbe [96] il governo con Mac Donald presidente e la maggioranza conservatrice. Così in Italia nell'ottobre 1922, fino al distacco dei popolari e poi gradatamente fino al 3 gennaio 1925 e ancora fino all'8 novembre 1926, si ebbe un moto politico-storico in cui diverse gradazioni di cesarismo si succedettero fino a una forma più pura e permanente, sebbene anch'essa non immobile e statica. Ogni governo di coalizione è un grado iniziale di cesarismo, che può o non può svilupparsi fino ai gradi più significativi. Nel mondo moderno, con le sue grandi coalizioni di carattere economico-sindacale e politico, di partito, il meccanismo del fenomeno cesarista è diverso da quello che fu fino a Napoleone III; nel periodo fino a Napoleone III le forze militari regolari o di linea erano un elemento decisivo del cesarismo e questo si verificava con colpi di Stato ben precisi, con azioni militari ecc. Nel mondo moderno le forze sindacali e politiche, coi mezzi finanziari incalcolabili di cui possono disporre piccoli gruppi di cittadini, complicano il fenomeno; i funzionari dei partiti e dei sindacati economici possono essere corrotti o terrorizzati, senza bisogno di azione militare in grande stile, tipo Cesare o 18 brumaio. Si riproduce in questo campo la stessa situazione studiata a proposito della formula giacobino-quarantottesca della così detta «rivoluzione

permanente». Il «tecnicismo» politico moderno è completamente mutato dopo il 48, dopo l'espansione del parlamentarismo, del regime associativo sindacale e di partito, del formarsi di vaste burocrazie statali e «private» (politico-private, di partito e sindacali) e le trasformazioni avvenute nell'organizzazione della polizia in senso largo, cioè non solo del servizio statale destinato alla repressione della delinquenza, ma dell'insieme di forze organizzate dallo Stato e dai privati per tutelare il dominio [politico ed economico] della classe dirigente. In questo senso, interi partiti «politici» e altre organizzazioni economiche o di altro genere devono essere considerati organismi di polizia politica di carattere «repressivo» e «investigativo». Cfr *Quaderno 13 (XXX)*, pp. 19a - 20.